

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
**Departamento de Geografia**

**PEDRO RITTNER VALENTE**

*“Modernização periférica na ocupação do Norte do Paraná: determinação  
agrária na produção das cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná”*

São Paulo

2018

**PEDRO RITTNER VALENTE**

*“Modernização periférica na ocupação do Norte do Paraná: determinação agrária na produção das cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná”*

Trabalho de Graduação Individual  
apresentado ao Departamento de Geografia  
da Universidade de São Paulo como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de  
Bacharel em Geografia

**Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo**

São Paulo

2018

## *Agradecimentos*

Todo trabalho de conclusão de curso acaba remetendo direta ou indiretamente à trajetória percorrida ao longo dos anos de estudos na universidade. Para efeito desta pesquisa, nosso objeto de investigação começou a ser delineado ao final do primeiro ano da graduação, a partir do acolhimento do professor Tônico no recém-formado grupo de estudos sobre Geografia histórica e formação territorial do Brasil, que contou com a participação de alguns alunos do primeiro ano. Após alguns encontros, decidimos que cada membro do grupo estudaria um caso de ocupação dirigida no Brasil, à luz da fundamentação teórica constituída no grupo. A possibilidade de pesquisar sobre uma região cuja formação tinha alguma afinidade com os fundamentos que regeram a ocupação do oeste paulista me animou e aí se constituiu minha primeira aproximação ao Norte do Paraná.

Ainda que tenhamos alterado nossas concepções metodológicas e visão acerca do objeto de estudo ao longo destes anos de estudo, as contribuições do professor permaneceram, inclusive no que tange aprendizado de procedimentos de estudos na academia. Tônico teve a incrível sensibilidade de, mesmo depois de tantos anos na universidade e de grande reconhecimento internacional, enxergar as dificuldades que estudantes de graduação recém ingressos tinham quanto à organização dos estudos e, com base nisso, nos orientou com grande zelo. Nesse sentido, nossa primeira menção de agradecimento se dirige ao mestre Antonio Carlos Robert Moraes.

Com o adoecimento do professor, o grupo de estudos foi suspenso, assim como a minha investigação. Ainda que alguns cursos tenham me mobilizado consideravelmente, só fui retomar a atividade de pesquisa em 2015, quando cursei Geografia do Estado de São Paulo, com o professor Anselmo. Recordo-me que saía muito intrigado das aulas. Foi um momento em que grande parte das certezas que construí ao longo da minha trajetória universitária foram colocadas em questionamento. Ademais, muitas das discussões realizadas no curso me permitiam um diálogo com o processo de produção do Norte do Paraná. A retomada da pesquisa se deu a partir do trabalho de campo, quando contei ao professor sobre o meu interesse em retomar a pesquisa e ele prontamente se colocou à disposição para me orientar. Por esse acolhimento, cuidado e todo o desenvolvimento pessoal que Anselmo me proporcionou, encaminho ao professor a minha imensa gratidão.

Não poderia deixar de mencionar o inestimável apoio dos amigos da faculdade, em especial William, Daniel, Nathalee e Diego, sem os quais não teria a oportunidade de

problematizar aspectos investigados, fundamentar a representação das informações apresentadas nesse trabalho ou obter qualquer tipo de ajuda.

Sou ainda muito grato a todo o apoio familiar, em especial aos meus pais e minha irmã, que me compreenderam desde o momento em que escolhi ser geógrafo até as dificuldades que se impuseram à conclusão do curso, sempre fornecendo o suporte necessário.

## *Resumo*

O presente trabalho de graduação individual (TGI) desdobrou-se de uma pesquisa de iniciação científica, através da qual buscamos elaborar uma compreensão geográfica a respeito do processo de produção do Norte do Paraná, entre as décadas de 1930 e 1960, enquanto expressão da expansão crítica do capital. A partir do entendimento construído ao longo da pesquisa de iniciação científica de que um dos pilares do processo de ocupação da região teria sido justamente a formação de um mercado de terras, procuramos demonstrar no presente trabalho como a satisfação desse fator (mercado de terras) é determinante na importação de capitais na periferia do capitalismo. Nesse sentido, nos detivemos a explicar os fundamentos da crise estrutural do capitalismo, que impulsiona a movimentação internacional de capitais de acordo com a divisão internacional do trabalho. Realizada essa explanação, buscamos descrever e analisar a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná, principal companhia colonizadora da região, verificando a relação entre crise estrutural do capitalismo, formação de um mercado de terras, alteração nas formas de reprodução social e movimentação internacional de capitais. Por fim, investigamos se e como tal processo de produção do Norte do Paraná reforçou a posição periférica do Brasil no sistema mundial produtor de mercadorias.

### *Abstract*

The present individual graduation report (TGI) was unfold from a scientific initiation research, in which we attempt to create a geographical understanding of the process of production of North Paraná, from 1930 to 1960, as an expression of the critic expansion of capital. From the understanding build on the scientific initiation research that one of the foundations of the process of occupation of the region was exactly the constitution of a real estate market, we intend to demonstrate at this report how the satisfaction of this factor (land market) is determinant at the importation of capitals in periphery. In this way, we tried to show the foundations of capitalism structural crisis, which reinforce the international capital movement according to international labor division. Then, we attempt to describe and analyze the actuation of Companhia de Terras Norte do Paraná, main colonizer company that was present at that region, verifying the relation between structural crises at capitalism, land market formation, change at the social reproduction forms and international capital movement. At least, we investigate if and how this process of North Paraná production reinforced Brazil peripheral position at the world merchandise production system.

## LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i>   Dinâmica da população brasileira por Unidades da Federação entre 1920 e 1960....	.....página 10
<i>Tabela 2</i>   Evolução do número de compradores de lotes rurais colocados à venda pela CTNP/CMNP.....	página 57

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### MAPAS

<i>Mapa 1</i>   Zoneamento da cultura comercial do café no Estado do Paraná.....	página 17
<i>Mapa 2</i>   Regionalização interna do Norte do Paraná segundo a Geografia dos anos 1950.....	página 19
<i>Mapa 3</i>   Classificação climática do Norte do Paraná segundo classificação de Koppen .....	página 20
<i>Mapa 4</i>   Formações vegetais nativas do Paraná.....	página 21
<i>Mapa 5</i>   Unidades de relevo do Paraná.....	página 22
<i>Mapa 6</i>   Cidades criadas pela CTNP.....	página 50

### GRÁFICOS

<i>Gráfico 1</i>   Exportação paranaense de mate em 100 toneladas (1897-1930).....	página 24
<i>Gráfico 2</i>   Participação relativa do imposto sobre exportação na receita estadual (1892-1930)..	.....página 26

### FIGURAS

<i>Figura 1</i>   Representação gráfica em perspectiva do modelo de parcelamento da terra executado pela CTNP.....	página 52
<i>Figura 2</i>   Representação gráfica vertical do modelo de parcelamento da terra executado pela CTNP.....	página 53
<i>Figura 3</i>   Malha urbana desenhada pela CTNP para Londrina.....	página 54

## LISTA DE ABREVIACÕES

<i>BCIM</i>	<i>Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo</i>
<i>CMNP</i>	<i>Companhia Melhoramentos Norte do Paraná</i>
<i>CTNP</i>	<i>Companhia de Terras Norte do Paraná</i>
<i>IAPAR</i>	<i>Instituto Agrônômico do Paraná</i>
<i>IBGE</i>	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>

## Sumário

1. Introdução	09
2. Uma breve caracterização da área de estudo	13
2.1 Limites do Norte do Paraná (?)	13
2.2 Caracterização fisiográfica do Norte do Paraná	19
3. Antecedentes	24
4. A simultaneidade entre centro e periferia no capitalismo	29
5. O laço entre os ingleses, os fazendeiros, os colonos e o governo paranaenses	36
6. Considerações Finais	59
7. Referências bibliográficas	61

## 1. Introdução

A década de 1920 marca uma grande transformação da importância do Paraná para a economia nacional. O Estado, que desde a sua emancipação em relação à então Província de São Paulo até as primeiras décadas do século XX desempenhara uma função secundária em relação às principais atividades econômicas nacionais - como a mineração, a produção canavieira e a cafeicultura - assumia cada vez mais o protagonismo na estrutura agroexportadora do País. Tal transformação se manifestou geograficamente de maneira significativa, uma vez que direcionou massivos deslocamentos migratórios para o norte do Estado, promovendo a ocupação de fundos territoriais ali existentes.

Para que se possam compreender as dimensões que assumiram essas mudanças ocorridas no norte paranaense, observemos os dados relativos aos recenseamentos de 1920, 1940, 1950 e 1960, disponibilizados na tabela 1.

Em 1920, o Paraná apresentava uma população de apenas 685.711 habitantes, o que correspondia a 2,23% da população brasileira, sendo o 12º Estado em termos de população absoluta. Enquanto grande parte da população paranaense vivia em Curitiba e nas cidades do entorno, o oeste e o norte do Estado se encontravam praticamente desabitados, sendo que este último se apresentava quase que inteiramente recoberto por densa floresta pluvial latifoliada.

O recenseamento de 1940 demonstra que grandes alterações vinham ocorrendo na região. Nessa época, o Paraná foi o Estado de maior incremento populacional em termos relativos, com um salto de 80,29% em relação ao recenseamento anterior, o que significava que sua população absoluta contava com 1.236.276 habitantes. Esse expressivo aumento decorreu de migrações - especialmente de paulistas e mineiros, mas também de nordestinos e mesmo de estrangeiros -, movimentos esses assentados na produção do café enquanto mercadoria que estruturaria a reprodução social.

Ora, é justamente nesse período que, com a Crise de 1929 seguida pela Segunda Guerra Mundial, ocorre uma acentuada queda da demanda internacional pelo café, ocasionando forte depreciação do produto. Nesse período o governo federal adotou políticas restritivas à expansão da produção, buscando reduzir a oferta do café no mercado e assim elevar os preços e diminuir os subsídios concedidos aos cafeicultores. Porém, em que pesem as iniciativas adotadas pelo governo federal, o que se verificou foi uma expansão dos cafezais no norte paranaense<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Buscaremos abordar essa contradição no decorrer do trabalho. Entretanto, já podemos adiantar que, uma vez investido na região o capital internacional através de companhias colonizadoras, era necessária a afirmação de uma

**Tabela 1** | Dinâmica da população brasileira por Unidades da Federação entre 1920 e 1960

	1920	1940	Variação (%)	1950	Variação (%)	1960	Variação (%)
AC	92.379	79.768	-13,65	114.755	43,86	160.208	39,61
AL	974.748	951.300	-2,41	1.093.137	14,91	1.271.062	16,28
AM	363.166	438.008	20,61	514.099	17,37	721.215	40,29
AP	-	-	-	37.477	-	68.889	83,82
BA	3.334.465	3.918.112	17,5	4.834.575	23,39	5.990.605	23,91
CE	1.319.228	2.091.032	58,5	2.695.450	28,91	3.337.856	23,83
DF	-	-	-	-	-	141.742	-
ES	457.328	790.149	72,78	957.238	21,15	1.418.348	48,17
GO	511.919	661.226	29,17	1.010.880	52,88	1.626.376	60,89
MA	874.337	1.235.169	41,27	1.583.248	28,18	2.492.139	57,41
MG	5.888.174	6.763.368	14,86	7.782.188	15,06	9.960.040	27,99
MS	-	238.640	-	309.395	29,65	579.652	87,35
MT	246.612	193.625	-21,49	212.649	9,83	330.610	55,47
PA	983.507	944.644	-3,95	1.123.273	18,91	1.550.935	38,07
PB	961.106	1.422.282	47,98	1.713.259	20,46	2.018.023	17,79
PE	2.154.835	2.688.240	24,75	3.395.766	26,32	4.138.289	21,87
PI	609.003	817.601	34,25	1.045.696	27,90	1.263.368	20,82
<b>PR</b>	<b>685.711</b>	<b>1.236.276</b>	<b>80,29</b>	<b>2.115.547</b>	<b>71,12</b>	<b>4.296.375</b>	<b>103,09</b>
RJ	2.717.244	3.611.998	32,93	4.674.645	29,42	6.709.891	43,54
RN	537.135	768.018	42,98	967.921	26,03	1.157.258	19,56
RO	-	-	-	36.935	-	70.783	91,64
RR	-	-	-	18.116	-	29.489	62,78
RS	2.182.713	3.320.689	52,14	4.164.821	25,42	5.448.823	30,83
SC	668.743	1.178.340	76,2	1.560.502	32,43	2.146.909	37,58
SE	477.064	542.326	13,68	644.361	18,81	760.273	17,99
SP	4.592.118	7.180.316	56,36	9.134.423	27,21	12.974.699	42,04
TO	-	165.188	-	204.041	23,52	328.486	60,99
<b>Brasil</b>	<b>30.635.605</b>	<b>41.236.315</b>	<b>34,6</b>	<b>51.944.397</b>	<b>25,97</b>	<b>70.992.343</b>	<b>36,67</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 13/07/2016.

Os dados referentes ao recenseamento de 1950 indicam que o processo de migração para o Paraná continuava. O Estado foi, mais uma vez, aquele onde ocorreu o maior crescimento demográfico (71,12%), atingindo uma população de 2.115.547 habitantes. E em 1960 outra vez a população paranaense foi a que mais cresceu em relação ao censo anterior, mais do que se

---

forma de reprodução social que produzisse mercadoria que gerasse dinheiro suficiente para pagar as prestações referentes ao título de propriedade. Conforme veremos adiante, o café continuou sendo essa mercadoria, ainda que em sofrendo acentuada depreciação durante a década de 1930.

duplicando nesse período de dez anos. O Paraná possuía então o sexto maior contingente demográfico entre todos os Estados (posição essa na qual o Estado ainda hoje se encontra), o que correspondia a mais de 6% da população brasileira, com 4.296.375 habitantes.

O marcante crescimento demográfico paranaense verificado nesse período entre 1920 e 1960 decorre essencialmente da acentuada migração para o *norte* do Estado. A população do Norte do Paraná salta de 72.627 habitantes em 1920, o que correspondia a pouco mais de 10% da população do Estado, para 2.431.498 habitantes em 1960, o equivalente a quase 57% da população total no decênio, apresentando altíssimas taxas de crescimento populacional absoluto (GARCIA, 1996, p. 40, *In*: LIMA, 2000, *In* CASSARGO, 2005). Na região onde Londrina seria implantada ocorreu um expressivo e acelerado crescimento. A cidade, que em 1920 mal existia, possuía em 1940 75.000 habitantes, o que já a posicionava como a terceira maior cidade paranaense (BERNARDES LMC, 2007).

Pois é nesse recorte espaço-temporal ao qual este estudo se deteve: o Norte do Paraná, em especial a área adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, entre meados da década de 1920 e o final da década de 1940. Conforme antevimos, os expressivos dados quantitativos acerca do crescimento da população paranaense no período estão estreitamente relacionados à expansão da cafeicultura desenvolvida no oeste paulista. Tal avanço da fronteira agrícola pelo Norte do Paraná assumiu particularidades associadas à predominância da atuação de companhias colonizadoras de capital internacional.

Se antes, em São Paulo, o fazendeiro era o principal agente social responsável pela onda migratória de trabalhadores rurais, agora era a companhia colonizadora que assumia esse protagonismo. Nesse sentido, ao passo que a estrutura fundiária em São Paulo estava marcadamente concentrada entre os grandes fazendeiros, no Norte do Paraná houve um parcelamento da terra de modo a atrair os colonos que trabalhavam em propriedade alheia no oeste paulista. Enquanto em São Paulo a função dos trabalhadores rurais era essencialmente a de produzir café para o fazendeiro – o que permitia a permanência de formas de reprodução social não monetarizadas – no norte paranaense o que deles se esperava era que pagassem o título de propriedade – e por isso realizar trabalho útil, o que significava produzir café. Essas e outras particularidades que veremos ao longo do trabalho só foram possíveis, entretanto, por uma continuidade fundamental: a reprodução social assentada na produção do café para exportação.

Assim, nosso objetivo principal ao longo do estudo foi o de construir uma leitura geográfica que nos permitisse compreender como a formação territorial do Norte do Paraná esteve condicionada e reproduziu a divisão internacional do trabalho. Ou seja, nos detivemos a

compreender como nosso objeto de estudo se inseriu na forma crítica de reprodução do capital mundial, tendo em vista a subordinação a essa condição das formas espaciais produzidas, as quais, por sua vez, expressam uma forma de reprodução social.

Para perseguir tal objetivo, nos dedicamos [a] ao levantamento dos diversos sujeitos sociais envolvidos no processo, seus interesses e a sua inter-relação; [b] à compreensão das transformações e permanências na forma de reprodução social; [c] à identificação do papel do conhecimento geográfico na elaboração de um plano de ocupação territorial e [d] ao entendimento do processo de formação de um mercado de terras e de sua relação com a produção do café.

## 2. Uma breve delimitação e caracterização da área de estudo

Conforme já assinalamos, a pesquisa se deteve ao processo de ocupação dirigida do Norte do Paraná por companhias colonizadoras, especialmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de capital internacional que adquiriu em torno de 1.241.150 hectares de terras em solo paranaense entre as décadas de 1920 e de 1940. Os primeiros pesquisadores que se debruçaram sobre esse problema, contemporâneos à expansão da cafeicultura paulista para além do rio Paranapanema, buscaram identificar que região era essa localizada no norte paranaense que vinha recebendo grande quantidade de migrantes para produzir café. Nesse sentido, muitos foram os esforços para se identificar os limites dessa região conhecida como Norte do Paraná, que do ponto de vista político-administrativo não existe<sup>2</sup>. As conclusões às quais tais autores chegaram decorrem das diferentes perspectivas acerca do que a caracterizaria, ainda que todas elas tenham considerado em maior ou em menor grau o peso da cafeicultura como elemento indutor da sua ocupação. Buscaremos nesta seção apresentar as reflexões de alguns desses autores que contribuíram para que construíssemos a nossa concepção sobre a área de estudo. Em seguida, faremos uma breve caracterização do Norte do Paraná a partir de elementos que julgamos necessários para realizar uma leitura geográfica de sua produção pelas companhias colonizadoras.

### 2.1 Limites do Norte do Paraná (?)

Uma das primeiras discussões a respeito dos limites que determinariam o território do Norte do Paraná moderno foi realizada por Salette Magdalena Cambiaghi, em artigo publicado nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1951. Assim inicia a reflexão, sob a seção intitulada “as condições físicas do norte do Paraná atraem o homem”:

“O norte do Paraná apresenta um quadro natural bastante favorável ao estabelecimento humano, pois aí vamos encontrar um solo fértil, relevo pouco movimentado, abundância de cursos d`água etc.

A região que estamos considerando “norte do Paraná” é limitada ao norte pelo Paranapanema, a oeste pelo Paraná, a leste pelo Itararé e ao sul pelo paralelo 24 e pelo Ivaí, apresentando uma área que pode ser avaliada em 43.759,7km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 21,8% da área do estado do Paraná, já que o estado possui 200.731 km<sup>2</sup> de área” (CAMBIAGHI, 2007, p.71)

---

<sup>2</sup> Se por um lado essa divergência de perspectivas dificultou a apreensão de dados e informações (uma vez que o entendimento sobre o que é o Norte do Paraná não é consensual), tal condição nos indica a possibilidade de questionar a própria ideia de limites rígidos e precisos.

Esses dois parágrafos iniciais são seguidos de uma caracterização da geografia física da região, de modo a explicar o “quadro natural bastante favorável ao estabelecimento humano”. Cambiaghi, pesquisadora contemporânea ao processo de ocupação dirigida do norte paranaense, identificou nos atributos físicos do espaço geográfico os condicionantes essenciais à ocupação da região. Conforme veremos adiante, a exaltação dos atributos físicos foi uma prática comum nos discursos produzidos primeiro pelos agentes locais visando atrair o capital internacional e, num segundo momento, por esse capital internacional investido sob a forma de companhias colonizadoras para atrair sitiantes. Ao que parece, Cambiaghi também acaba reproduzindo esse discurso ao caracterizar e delimitar o Norte do Paraná.

Dessa forma, por serem o “solo fértil”, o “relevo pouco movimentado” e a “abundância de cursos d’água” os elementos constitutivos da região, seria perfeitamente possível se traçar uma delimitação rígida e estanque do Norte do Paraná. É nesse sentido que se adota o paralelo 24°S e o rio Ivaí como seus limites meridionais.

“É inegável que uma região com tais condições físicas é favorável, bastante atraente mesmo, ao estabelecimento do homem. A presença de terra roxa, solo resultante da decomposição do basalto, os numerosos cursos d’água, relevo pouco movimentado, etc., tornam a região mais atraente ainda quando se considera que essas condições são favoráveis à cultura do café, cultura altamente rendosa” (CAMBIAGHI, 2007, p. 73-74).

Cambiaghi não desconsiderou a cultura cafeeira como elemento indutor do processo de ocupação da região. Ao contrário, buscou compreender de forma integrada as características físicas norte paranaenses e sua ocupação produtiva, demonstrando a existência de uma inter-relação, o que nos parece um esforço importante no sentido de se construir uma interpretação geográfica. Porém, ao colocar os dois condicionantes em pé de igualdade, não nos permite conceber a determinação econômica na positivação dos atributos locais. Em vez disso, estes nos aparecem naturalmente postas. A interpretação de Cambiaghi falha, a nosso ver, por não reconhecer claramente que não fosse o avanço da cafeicultura comercial paulista na direção meridional, o solo fértil, o relevo pouco movimentado e os abundantes cursos d’água continuariam sob o domínio da mata pluvial e sem tamanha exaltação.

Outra importante contribuição para se compreender o problema dos limites do Norte do Paraná foi formulada por Nice Lecocq Müller, que foi professora de Geografia da Universidade de São Paulo. Em artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia argumenta que

“Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná - criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: *é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense*. Embora com traços fisionômicos bastante marcados, para ser reconhecido com facilidade, o Norte do Paraná não teve, até hoje, suas fronteiras demarcadas de maneira satisfatória” (MULLER, 2007, p. 19/20, *grifo nosso*).

Assim como Cambiaghi, Müller reconhece a existência de uma relação entre os atributos físicos e os aspectos humanos no processo de produção do Norte do Paraná. Entretanto, ao afirmar que se trata de um “*capítulo da vida paulista, mas em território paranaense*” explicita que há uma determinação em sua apropriação e esta é econômica. Esse capítulo da vida paulista nada mais é do que uma nova fase do mesmo processo de expansão da produção de café para o abastecimento do mercado mundial, que então extrapolava as fronteiras de São Paulo. Nesse sentido, o Norte do Paraná seria a parte do território paranaense cuja apropriação esteve associada à expansão da cultura cafeeira praticada no oeste paulista, que ao extravasar as fronteiras estaduais na virada do século XIX para o XX ligou a parte setentrional do Paraná muito mais a São Paulo do que a Curitiba.

Isso não quer dizer que o norte paranaense não tenha assumido significações próprias para outros grupos ou que fora desabitado até o final do século XIX. Pelo contrário, foi território de grupos indígenas<sup>3</sup>, apresentou diversas rotas de tropeiros, bem como teve a colônia militar de Jataí e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra<sup>4</sup>. Nenhuma dessas formas de apropriação, no entanto, representou uma ocupação efetiva e em grandes proporções do território em questão tendo na terra enquanto mercadoria sua embasamento. É só com a expansão da cafeicultura paulista que o norte paranaense se efetiva enquanto tal e ao fazê-lo promoveu uma ampla transformação das formas de reprodução social dos antigos colonos, agora aspirantes a proprietários de terras.

Considerando, pois, a área de estudo como prolongamento da economia cafeeira paulista em solo paranaense, Müller considera que o Norte do Paraná apresenta nos rios Itararé, Paranapanema e Paraná seus limites oriental, setentrional e ocidental, respectivamente. Seu

<sup>3</sup> Segundo CASSARGO (2005, p. 24), havia um ramal do caminho do Peabirú, que partindo de São Paulo atingia o Estado do Paraná, cruzando o rio Ivaí.

<sup>4</sup> STIER (2002) demonstra que a porção setentrional do Paraná foi cobiçada por diversos sujeitos sociais. Já no século XVII houve investidas de jesuítas espanhóis, que buscavam exercer o controle do território a partir das reduções, as quais foram arrasadas pelos bandeirantes paulistas. No século XIX, as ameaças de avanço das tropas de Solano Lopez sobre as matas norte-paranaenses motivaram a criação das colônias militares de Jataí e São Jerônimo da Serra para defender o território.

limite meridional é de mais difícil determinação. Na época de penetração da frente pioneira paulista em território paranaense, este Estado era caracterizado pela presença de grande quantidade de terras devolutas, de forma que tal avanço não foi barrado pela resistência de outras formas de apropriação dessas terras.

“Se os solos não parecem ter influência decisiva, constitui o clima limite bem mais rígido. De fato, tem o Norte do Paraná clima de transição entre o tipo subtropical, que caracteriza a maior parte do Terceiro Planalto, ao sul do Ivaí, e o tropical de altitude, do Oeste Paulista; assim sendo, à medida que se caminha para o Sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vão tornando impraticável a cultura do café. *Sendo o clima o fator decisivo*, parece lícito adotar o limite climático do café como a própria demarcação do limite meridional do Norte do Paraná” (MULLER, 2007, p. 21, *grifo nosso*).

Diante do problema do estabelecimento dos limites meridionais, Müller busca identificar qual fator teria sido preponderante para barrar o avanço da cafeicultura paulista na direção sul<sup>5</sup>. Após descartar a ocorrência de solos de terra roxa (pois já se iniciava a ocupação das terras arenosas no noroeste do Estado), afirma que seria a dinâmica climática o elemento primordial que permitiria o avanço ou não da cafeicultura no Paraná. A partir da latitude 24°S, a frequência de dias com temperaturas mínimas abaixo dos 4°C seria tal que inviabilizaria a produção comercial do café, tendo em vista que a ocorrência de geadas seria elevada<sup>6</sup>. A autora ainda buscou ressaltar a rigidez em se conceber a latitude 24°S como fator preponderante, argumentando que o limite meridional do Norte do Paraná não seria uniforme, variando conforme a atuação de outros fatores climáticos como a continentalidade ou a altitude.

Müller defende que a identificação do fator climático como elemento central na determinação dos limites austrais do Norte do Paraná se justifica apenas pelo fato de que foi este o condicionante restritivo da expansão da cafeicultura comercial, à qual se associa a diferenciação da área de estudo em relação ao resto do Estado. Ainda assim, a autora reafirma tanto a possibilidade de se identificar tais limites, tidos como reais, como certa determinação física no seu estabelecimento. Em nenhum momento se cogita que a existência ou não de infraestruturas de transportes, de relações de trabalho assalariado ou de um mercado de terras

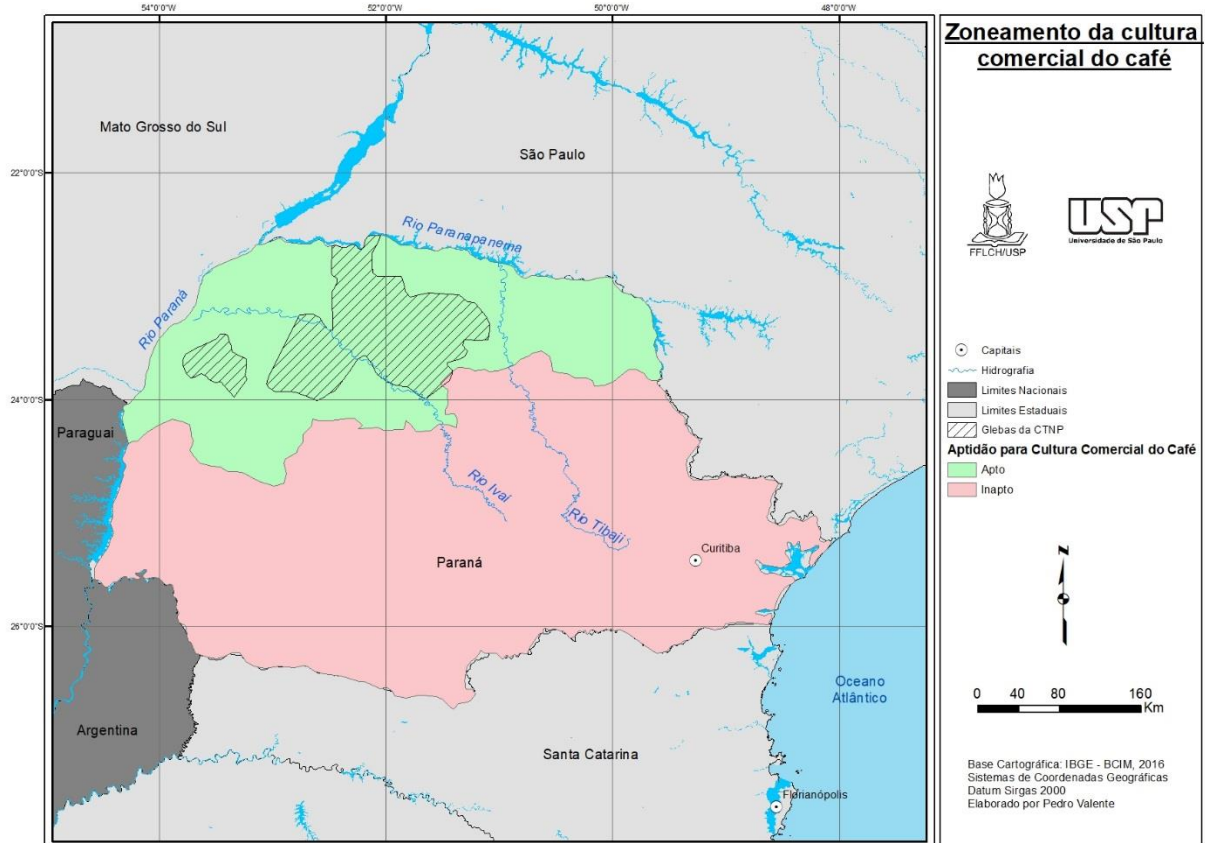
---

<sup>5</sup> É importante assinalar que a própria Müller reconhece que quando escreve ainda havia um avanço da frente pioneira pelo que se convencionaria chamar Norte do Paraná, o que de certa forma nos aponta a contradição em se estabelecer seus limites rigidamente.

<sup>6</sup> Em Londrina, local onde a Companhia de Terras Norte do Paraná escolheu para dirigir as suas atividades, não ocorrem geadas noturnas regulares, exceto em julho e agosto, meses nos quais a ocorrência de geadas ocorre, respectivamente, de um em cada em cinco anos e de um em dez anos, em média (MAACK, 1981).

podem inviabilizar ou não o processo de ocupação do território. Ao contrário, o que parece é que a determinação é climática quanto à expansão da cafeicultura comercial paulista.

**Mapa 1** | Zoneamento da cultura comercial do café no Estado do Paraná



Fonte: Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)

É compreensível que tanto Cambiaghi como Müller, tendo vivido em um momento no qual ocorria um vertiginoso crescimento do Norte do Paraná, tenham se esforçado em tentar delimitar esse território para apreendê-lo. Nesse sentido, acentuadas foram contribuições delas para o seu entendimento, em especial na medida em que se aponta a relação entre os fatores físicos e humanos na sua apropriação<sup>7</sup>. Ademais, ao afirmar que o Norte do Paraná é um “capítulo da vida paulista, mas em território paranaense”, Müller aponta o cerne da questão (muito embora o caminho trilhado pela autora tenha seguido a mesma direção que inferimos acerca dessa observação): a ocupação norte-paranaense esteve associada, em linhas gerais, às mesmas determinações que as do oeste paulista, ainda que com suas particularidades.

<sup>7</sup> Por acreditarmos que essa relação apontada pelas autoras influenciou o modo como ocorreu o processo de ocupação do Norte do Paraná, realizaremos na seção a seguir uma breve caracterização dos seus aspectos fisiográficos. Além disso, ao longo do trabalho buscaremos demonstrar como a Companhia de Terras Norte do Paraná se utilizou dos atributos físicos das terras que adquirira para estruturar seu plano de ocupação sob a intenção de assegurar a efetividade do empreendimento.

No entanto, ambas acabam atribuindo um peso muito mais acentuado do que nos parece devido ao condicionamento físico da apropriação desse território. No nosso entendimento a determinação foi essencialmente econômica: a expansão da cafeicultura comercial praticada em São Paulo. Esta por nós é compreendida como expressão da simultaneidade entre centro e periferia, a qual condiciona a reprodução da estrutura agroexportadora desta última como forma de solucionar temporariamente as contradições do centro. **Abordaremos** melhor essa abordagem no capítulo 4, mas o que pretendemos afirmar nesse momento é que esse limite meridional que tantos autores buscaram não existe por natureza, tampouco é estanque. Ao contrário, ele varia conforme sua apropriação seja economicamente viável, em consideração das condições técnicas e em função da divisão internacional do trabalho. Por isso, os mapas que apresentaremos a seguir, ainda que representem um Norte do Paraná, requerem uma apreciação crítica de seus limites.

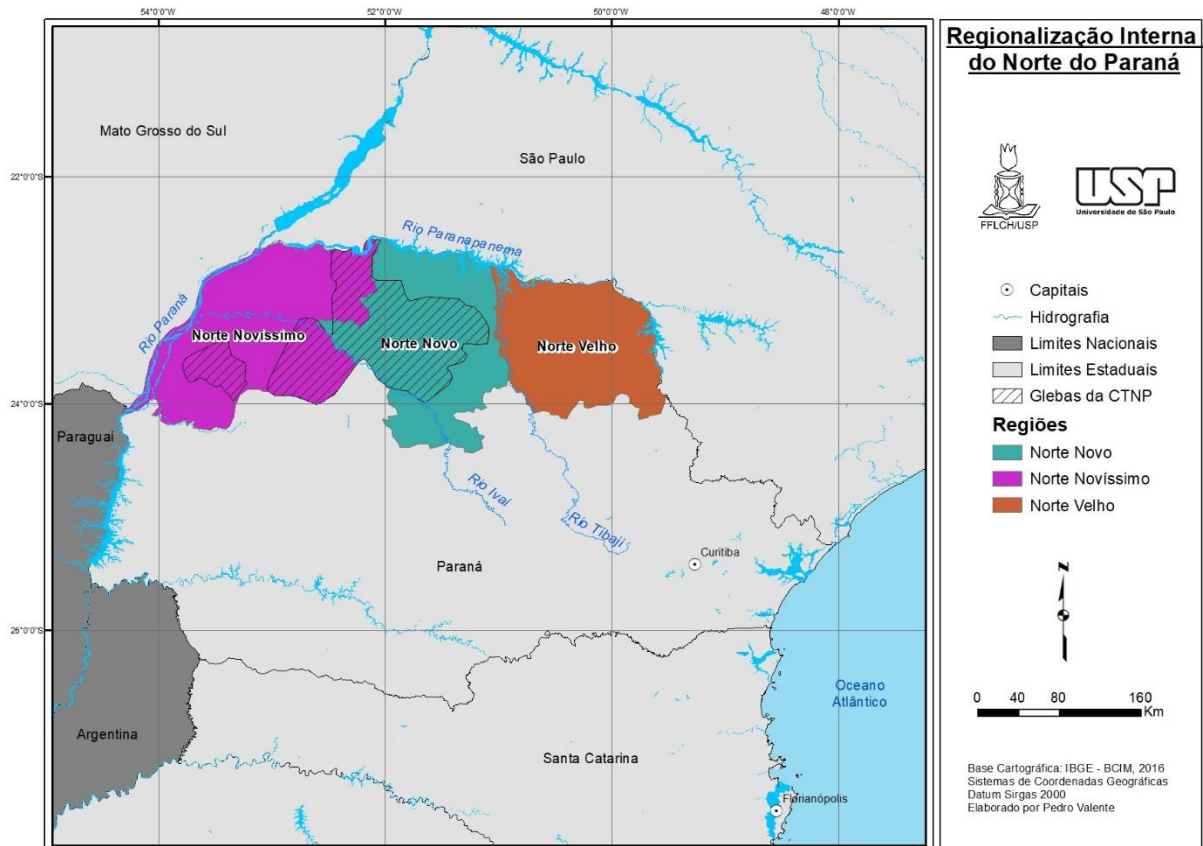
Por fim, ao levantar a bibliografia sobre a produção do Norte do Paraná, identificamos que grande parte dos trabalhos que tratam do referido processo estabelecem uma regionalização interna com base nos períodos de ocupação. Destes, o artigo de BRAGUETO (2007), elaborado a partir de sua dissertação de mestrado, contribui para o entendimento da cronologia de ocupação do Norte do Paraná. O autor identifica três fases distintas, que repercutiram na formação de três áreas diferenciadas. O Norte Velho corresponde ao território a leste do rio Tibaji cuja ocupação ocorreu a partir de 1840 mediante a penetração de mineiros, com predomínio da agricultura de subsistência e da criação de porcos realizada em médias e grandes propriedades. Já o Norte Novo compreende as terras entre o rio Tibaji e Maringá, ocupadas a partir dos anos 1930, com forte atuação das companhias colonizadoras. Aqui predominaram as pequenas e médias propriedades, nas quais a cafeicultura se constituía como a principal forma de mediação de reprodução social. Por fim, o Norte Novíssimo corresponde às terras a oeste de Maringá, também marcadas pela forte presença de companhias imobiliárias e pelas pequenas e médias propriedades. Enquanto sua porção mais oriental esteve bastante associada à cafeicultura, as terras mais a noroeste do Norte Novíssimo, apresentando solos mais arenosos, tiveram sua ocupação bastante associada à pecuária.

Como nessa pesquisa nos detivemos especialmente à atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná, localizadas no Norte Novo e Norte Novíssimo, nosso olhar se focalizou nessas terras a oeste do rio Tibaji<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Isso não significa, entretanto, que desconsideremos as articulações entre a área propriamente adquirida pela Companhia com o Norte Velho, com os Estados do Paraná e de São Paulo e com as economias nacional e internacional. Ao contrário, não acreditamos na possibilidade de se compreender o processo de ocupação das glebas

**Mapa 2|** Regionalização interna do Norte do Paraná segundo a Geografia dos anos 1950



Fonte: BRAGUETO (2007).

## 2.2 Caracterização fisiográfica do Norte do Paraná

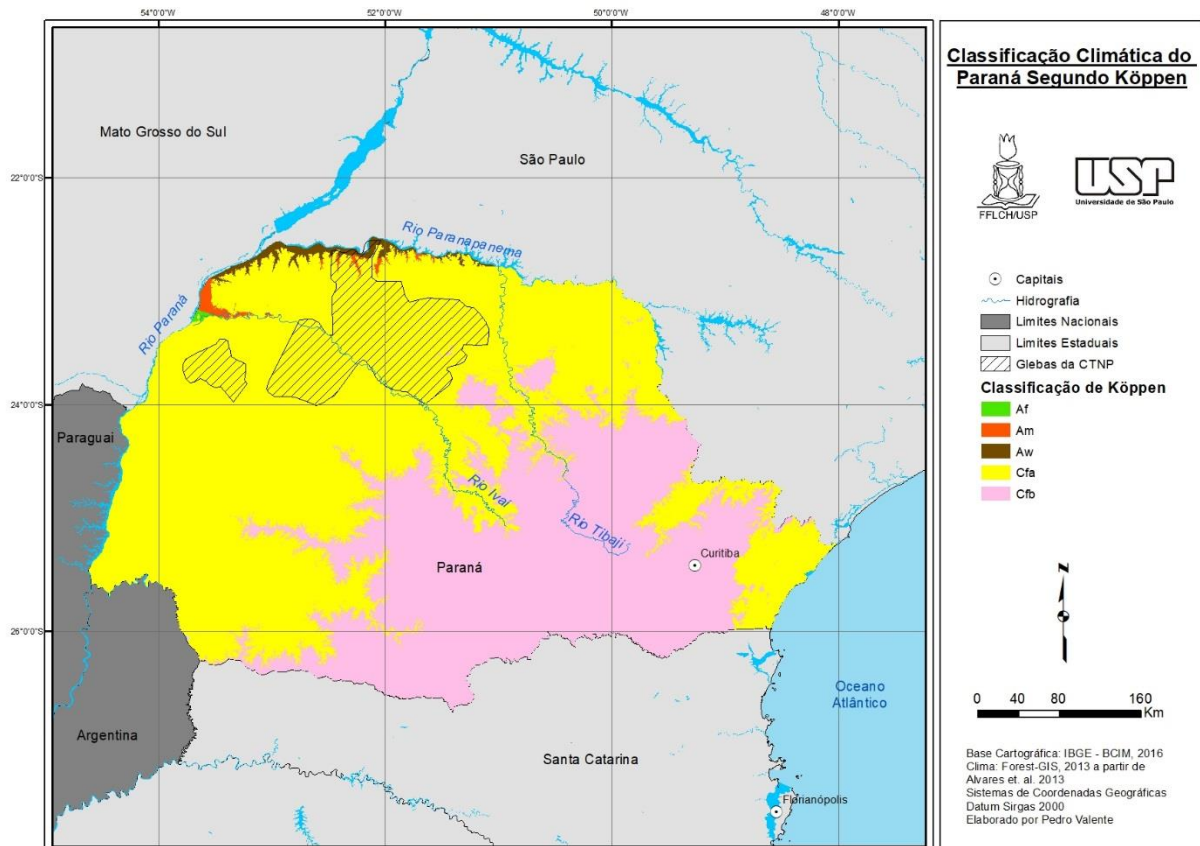
O Norte do Paraná apresenta um clima que guarda características intermediárias entre o clima Tropical de Altitude e o Subtropical, registrando-se temperaturas médias menos elevadas que as do planalto ocidental de São Paulo. Considerando a classificação de Koeppen, MAACK (1981) atribui ao norte paranaense um tipo de clima Cfa, ou seja, mesotérmico, sempre úmido e com temperatura do mês mais quente ultrapassando 22°C. Em cidades como Londrina, Rolândia e Maringá, a altitude exerce importante influência na dinâmica climática, o que se registra na classificação Cfa(h). Ainda de acordo com MAACK (1981), a ocorrência de baixas temperaturas no Estado do Paraná ocorre principalmente entre os meses de abril a setembro, com a intensificação dos anticiclones do Atlântico Sul, propiciando a entrada da massa de ar

---

adquiridas pela CTNP sem levar em conta a expansão da cafeicultura comercial paulista, a qual, por sua vez, está intimamente relacionada à divisão internacional do trabalho.

frio da frente polar. Nessa época, a partir da latitude 24°S são mais frequentes os dias cuja temperatura mínima absoluta atinge os 4°C, temperatura abaixo da qual podem ocorrer geadas.

**Mapa 3|** Classificação climática do Norte do Paraná segundo classificação de Köppen

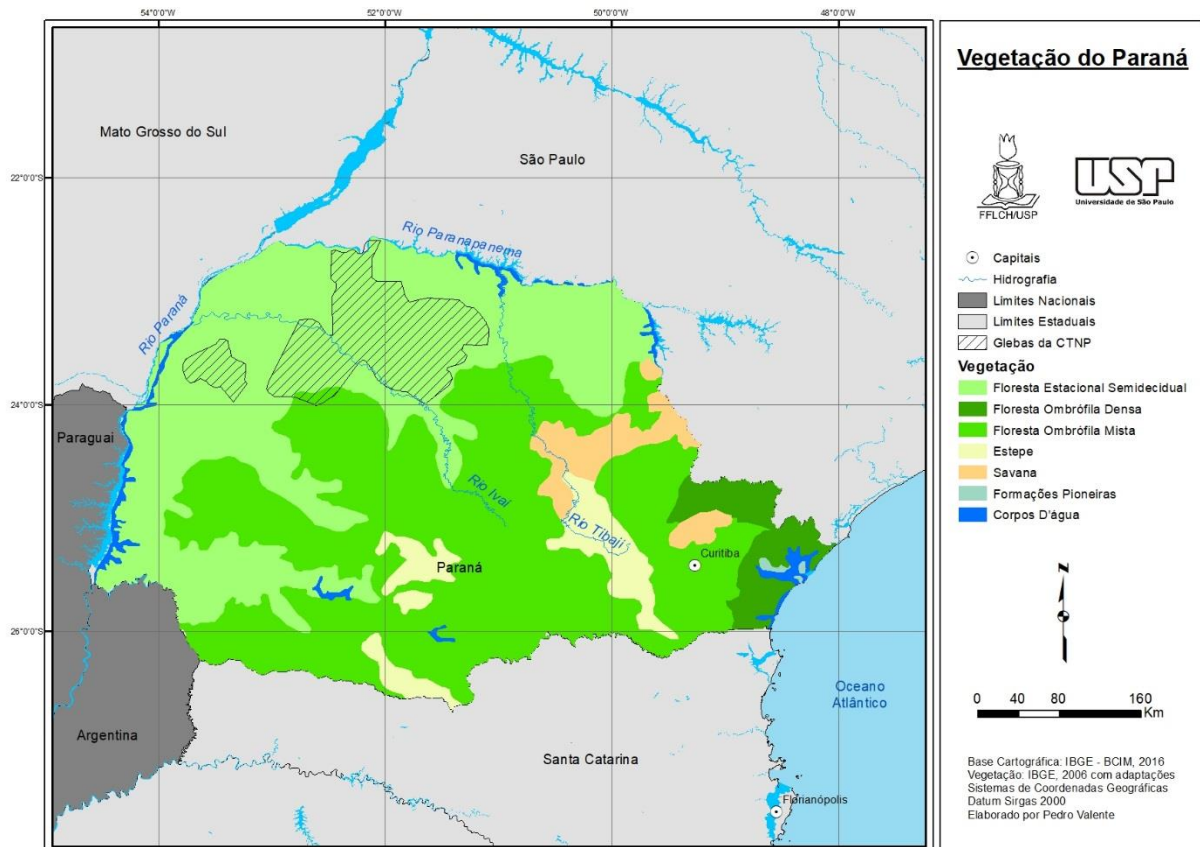


Quanto às formações vegetais da região, o clima úmido em todas as estações no Norte do Paraná condicionou o desenvolvimento da mata pluvial (floresta estacional semidecidual), com grande diversidade de espécies, dentre as quais podemos citar a *Euterpe edulis* (Palmito), o *Ficus sp.* (Figueira Branca), a *Galesia gorazema* (Pau d'Alho), a *Aspidosperma polyneuron* (Peroba), a *Cedrela sp.* (Cedro) e *Hymenaea sp.* (Jatobá). Por ser densa e heterogênea, esse tipo de vegetação dificultou a penetração de outras iniciativas de ocupação e só foi efetivamente derrubada com a expansão da cafeicultura paulista impulsionada pela ação das companhias colonizadoras, as quais aproveitaram grande parte da madeira extraída para as construções. Além da mata pluvial, havia algumas manchas de mata de araucárias nas porções mais elevadas, bem como pequenas ilhas de cerrado.

A base geomorfológica do território norte paranaense está inteiramente integrada ao que Aroldo de Azevedo e Aziz Ab'Saber classificaram como Planalto Meridional. A porção mais

oriental do Norte do Paraná – parte do Norte Velho - compõe o Segundo Planalto (ou Planalto de Ponta Grossa), o qual se estende da cuesta devoniana até o front da cuesta jurássica, que marca a transição para o Terceiro Planalto (ou Planalto de Guarapuava). Este se prolonga da crista da cuesta jurássica até o talvegue do rio Paraná (SALVI, R. F.; ARCHELA, E.; ARCHELA, R. S., p. 194, 2002). Ambas unidades apresentam suave inclinação para oeste. No entanto, enquanto o Segundo Planalto se caracteriza por apresentar rochas sedimentares, no Terceiro as rochas são predominantemente de origem vulcânica, decorrentes de derramamentos basálticos mesozoicos sobre os sedimentos paleozoicos<sup>9</sup>.

**Mapa 4|** Formações vegetais nativas do Paraná

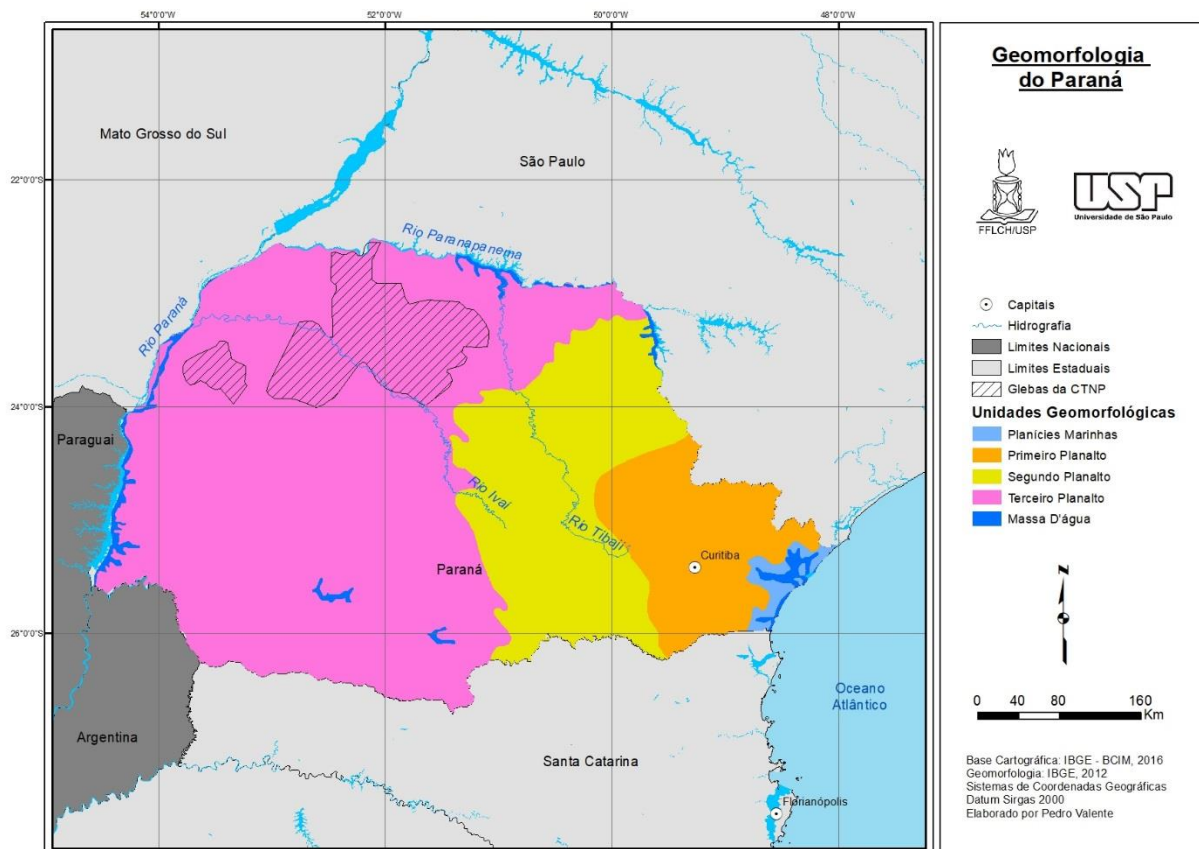


As glebas adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná estão inteiramente localizadas no Terceiro Planalto de rochas basálticas, cujas cotas altimétricas variam entre 300 e 900 metros. Tal substrato originou os solos conhecidos como de “terra roxa”, os quais apresentam elevada fertilidade, bastante propícios à prática da cafeicultura. Assim, o investimento na compra de tais terras pela CTNP prometia um retorno relativamente seguro

<sup>9</sup> Exceção feita à porção noroeste do Estado, na região de Paranavaí, onde predominam solos areníticos da formação Caiuá.

assentado na produção agrícola de alta produtividade, mesmo que o proprietário não dispusesse inicialmente de capital. Ademais, o relevo mais ou menos aplainado onde se fez presente uma rede hidrográfica composta por rios perenes foi um fator ao qual a Companhia se atentou ao traçar os planos de ocupação, loteando o território de maneira a garantir que aqueles que adquirissem as terras conseguissem não apenas produzir mercadorias (de cunho agrícola), mas acessar tanto cidades onde pudessem adquirir insumos, como os principais mercados consumidores de café e assim pagar o título de propriedade. Além disso, seriam nessas cidades onde o sitiante venderia gêneros agrícolas secundários e compraria mercadorias.

**Mapa 5 | Unidades de relevo do Paraná**



Buscaremos explorar com maior profundidade ao longo do trabalho como a CTNP se utilizou das características físicas das glebas que adquirira para realizar os seus objetivos, obtendo a maior quantidade de lucro possível. A breve caracterização fisiográfica e discussão sobre limites da área de estudo que aqui realizamos tinha como objetivo localizar as terras adquiridas pela Companhia, sem deixar de aproximar o/a leitor(a) à nossa concepção acerca do que entendemos sobre a produção do Norte do Paraná: um processo que refletiu as determinações impostas pela divisão internacional do trabalho, afirmando a condição

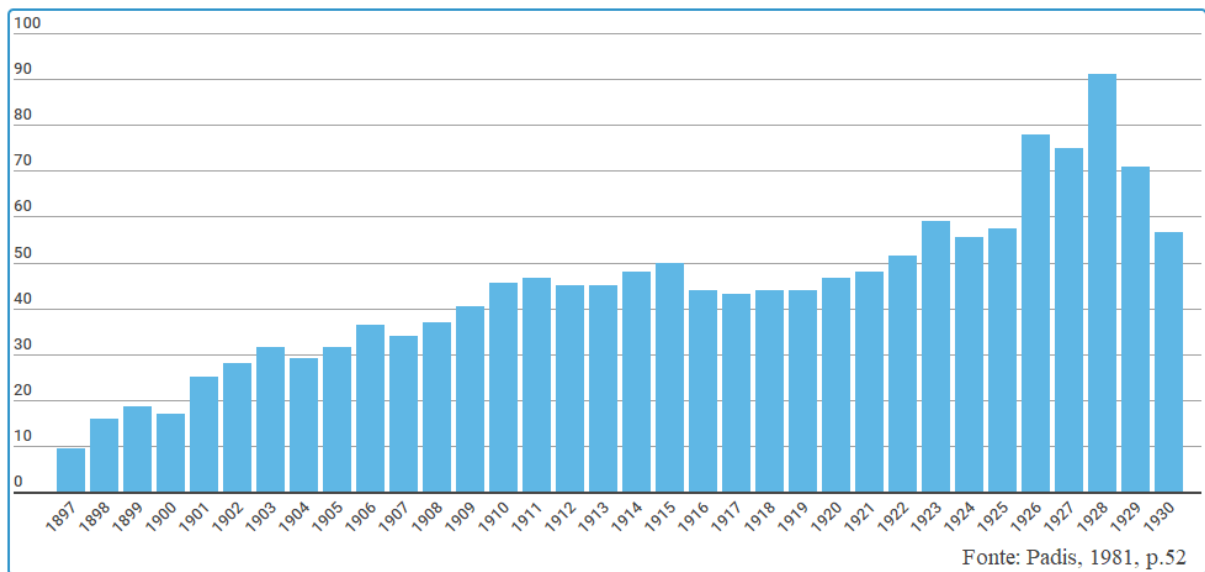
agroexportadora da periferia. Nesse movimento, se por um lado os atributos físicos norte-paranaenses exerceram um condicionamento na sua ocupação, por outro não podem ser considerados fatores determinantes desse processo. Tanto é que só se construíram discursos (fetichistas) positivando-os a partir do momento em que se tornou economicamente viável sua apropriação, mediante produção de café.

### 3. Antecedentes

Nas décadas que antecederam a ocupação dirigida do norte paranaense, a economia estadual se embasava basicamente no tripé erva-mate, madeira e pecuária (LIMA, 2001), todas elas atividades primárias que exigiam um baixo desenvolvimento das forças produtivas, condição essencial para torná-las economicamente viáveis. O mate e a madeira eram extraídos de espécies nativas, pouco demandando daqueles que ao cultivo delas se dedicassem; da mesma forma, a criação de gado exigia um cuidado muito incipiente e frequentemente ocorria à solta.

Das três, a atividade ervateira era a de maior destaque, pois além de empregar o maior contingente de pessoas, gerava o maior volume de exportações e arrecadação por meio dos impostos de exportação e, por conta disso, propiciava certa importação de bens de consumo que abasteceria o incipiente mercado interno. O gráfico 1 retrata esse crescimento da importância da atividade ervateira na economia paranaense no período entre 1900 e 1930.

**Gráfico 1** | Exportação paranaense de mate em 100 toneladas (1897-1930)



Enquanto na virada do século XIX para o XX a exportação paranaense da erva girava ao redor de 1500 toneladas ao ano, nos anos que antecederam a Crise de 1929 esse número foi de mais de 7000 toneladas, sendo que em 1928 o Paraná exportou mais de 9000 toneladas do produto. Tal crescimento nos aponta para a possibilidade de haver ocorrido uma expansão da área de produção do mate e, com isso, de suas relações de produção. Esse aumento do volume de exportação foi praticamente contínuo até o momento em que estourou a Crise de 1929, quando houve uma queda da comercialização do produto no mercado internacional.

A primeira vista, poderíamos inferir que o crescimento do volume exportado de mate nas primeiras décadas do século XX teria representado um aumento na arrecadação, bem como certo acúmulo de capitais. Afinal, o aumento da exportação paranaense de mate foi da casa de 600% entre 1900 e 1929. No entanto, a nossa tese é a de que a progressiva deterioração dos termos de troca entre centro e periferia, sobre a qual discorreremos mais adiante, tenha inviabilizado um acúmulo de capitais. Tornava-se cada vez mais caro importar produtos manufaturados e, portanto, era necessário que se produzisse cada vez mais mate para pagá-los.

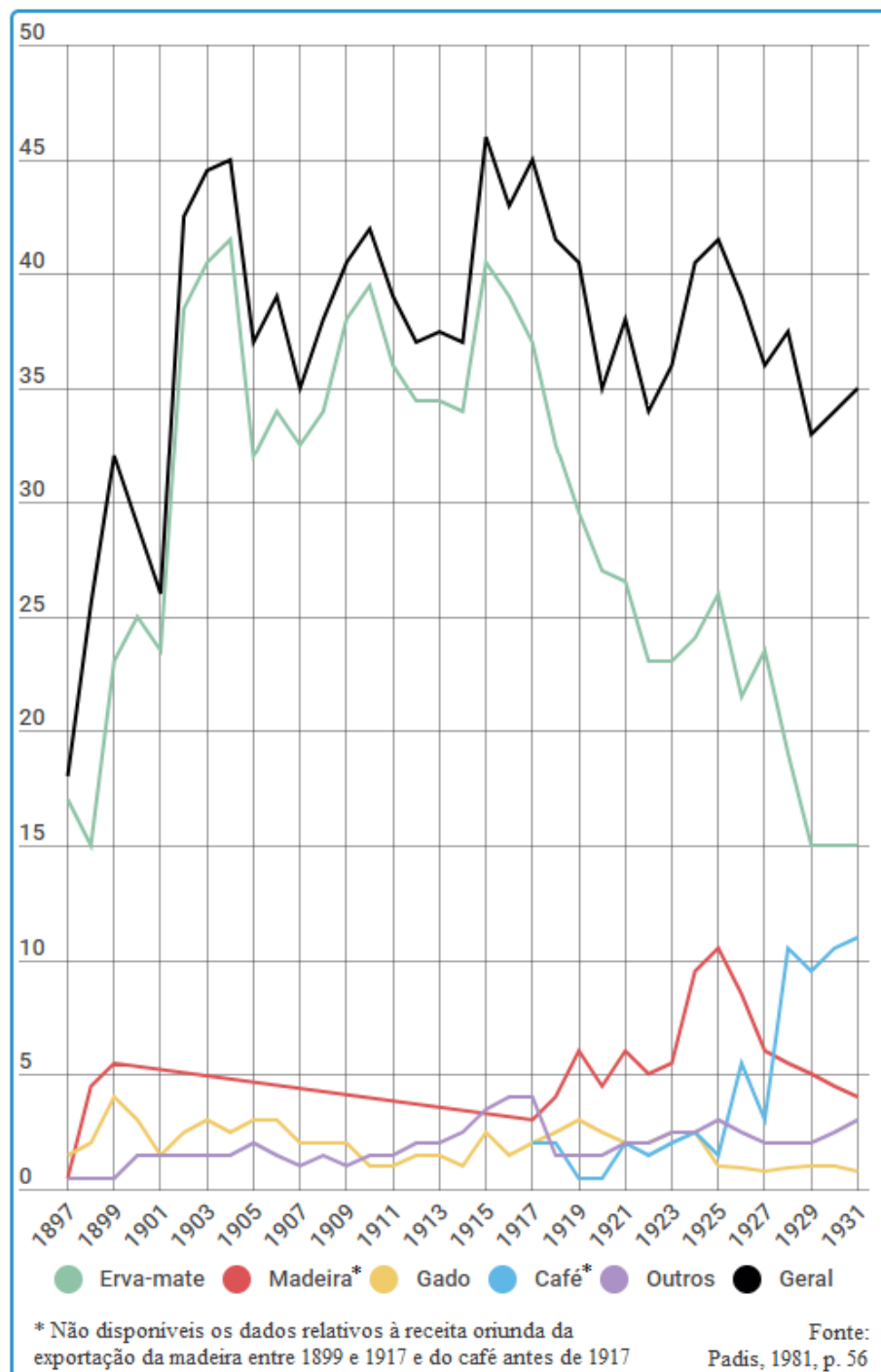
“Tudo leva à conclusão de que o fundamento desses problemas reside no fato de ser a economia paranaense sustentada principalmente por atividades extrativas, de capacidade criadora de valor adicionado bastante limitada e cuja produtividade é pouco considerável. Por outro lado, e em acréscimo, a renda gerada, em sua maior parte, tinha o seu fluxo voltado para o exterior, através da importação de grande quantidade de bens de consumo” (PADIS, 1981, p. 78-79).

Por outro lado, ao analisar a participação das diversas mercadorias exportadas na arrecadação estadual (gráfico 2), nota-se que o expressivo aumento da produção de mate não correspondeu a um aumento do seu peso nas receitas estaduais. Pelo contrário, essa participação oscilou na década de 1910 e caiu vertiginosamente na de 1920, quando outras mercadorias ganham relevo na arrecadação decorrente das exportações do Estado, ainda que todas elas ligadas ao setor primário da economia. Segundo PADIS (1981) esses dados refletem o aumento da venda da erva *in natura*, de menor valor agregado, aos vizinhos (especialmente a Argentina), que deixaram de comprá-lo beneficiado. Daí que ainda que exportando mais erva, a arrecadação decorrente da venda do produto no mercado internacional decrescia. Nesse sentido, a expansão da produção de mate (mercadoria que há décadas era a mais relevante para as receitas do Estado) expressava uma tentativa de se manter a arrecadação mediante o acréscimo do volume exportado. Isso funcionou até o início da década de 1920, quando caiu acentuadamente a participação do produto nas contas estaduais.

A compra de mate *in natura* pelos países vizinhos culminou não só na perda dos mercados consumidores mais importantes, como também no surgimento de competidores na venda do mate no mercado internacional<sup>10</sup>. A centenária produção local do referido gênero primário não foi capaz de propiciar um acúmulo de capitais suficiente para proporcionar sequer sua reposição, ficando ela cada vez mais acima do preço médio.

---

<sup>10</sup> A Argentina – principal mercado consumidor do mate brasileiro – passa a produzir *ilex* em seu território a partir da Primeira Guerra Mundial, deixando de importar o produto beneficiado paranaense. Alguns anos depois, em 1926, eleva a taxa de importação sobre o mate, tanto o beneficiado e como o *in natura*. Em 1931, proíbe a sua importação.

**Gráfico 2** | Participação relativa do imposto sobre exportação na receita estadual (1892-1930)

A crise do tripé erva-mate, pecuária e madeira, vinculada ao aumento do tempo médio da produção e à deterioração dos termos de troca entre centro e periferia, acentuou o endividamento do governo estadual. Essa situação expressava a contradição inerente à divisão internacional do trabalho, a qual, conforme veremos adiante, é um mecanismo estrutural do capitalismo que acaba promovendo transferência de valor da periferia para o centro. É por isso

que, mesmo em seu período “áureo”, a atividade ervateira foi incapaz de gerar uma acumulação que fosse sequer suficiente para mantê-la. É por isso também que ela se disseminou nas primeiras décadas do século XX, sem corresponder a um aumento na arrecadação estadual. Essa não acumulação se manifestou, por exemplo, na inexistência de vias de comunicação eficientes no Paraná, o que progressivamente encareceu a produção local, acentuando o endividamento estadual a partir da década de 1920.

“O déficit crônico verificado no orçamento estadual foi levando o poder público a acumular dívidas que se avolumavam e que, cada vez mais, embaraçavam a ação governamental. Assim é que, em 1930, a soma das dívidas, passiva consolidada e flutuante, era da ordem dos 227 mil contos, num Estado cuja receita ordinária, nesse mesmo ano, não atingia senão a oitava parte desse total [...] Mas, como o valor das exportações, via de regra, não atingia nem o mínimo necessário para atender à importação de bens de consumo – anos houve em que o valor das mercadorias importadas era mais que duas vezes superior ao das exportadas – é fácil compreender que a obtenção de bens de capital não se constituía em tarefa fácil” (PADIS, 1981, p. 78-79).

É nesse contexto de crise da economia tradicional paranaense que as transformações apontadas acontecem. O governo do Estado vê na expansão da frente pioneira paulista uma possibilidade de recuperar as contas públicas, tendo em vista que a incipiente ocupação no início do século XX do Norte Velho já incrementara a participação do café nas arrecadações (gráfico 2). Todavia, os fazendeiros que se instalaram nessa região não dispunham do capital necessário para custear a expansão da rede de transportes pelo Norte do Paraná, condição indispensável para que a ocupação fosse economicamente viável. Como observamos, tampouco o Estado paranaense possuía tais recursos.

Em meio a tal contexto, que conforme buscaremos demonstrar a seguir é menos circunstancial que estrutural, se afirma o investimento de capitais internacionais na região enquanto possibilidade de expandir a frente cafeeira paulista em solo paranaense. Se por um lado tais investimentos acabaram por financiar a construção de linhas férreas, por outro a entrada de capitais internacionais esteve diretamente associada à valorização das terras. Ao assumirem a forma de companhias colonizadoras, os capitais investidos viriam a se reproduzir essencialmente através da venda de parcelas da terra, a qual só seria possível mediante a possibilidade de sua ocupação lucrativa – isso significava não só produzir café, mas poder transformá-lo numa mercadoria que se realizasse. Daí o papel das ferrovias: utilizando-se delas para acessar rapidamente os mercados consumidores, o colono obteria uma quantidade de dinheiro a ser repassada à companhia colonizadora através do pagamento das prestações referentes ao título da propriedade. Mas não é só: a partir do momento em que as terras

adquiridas pela Companhia fossem atendidas por infraestruturas de transportes haveria uma valorização das mesmas, tendo em vista que haveria mais trabalho incorporado ao espaço.

Para que isso se viabilizasse, far-se-ia imprescindível a formação do mercado de terras, tendo em vista que a regulação do acesso a terra com o fim de tolerar apenas a sua aquisição imporá aos proprietários a realização de trabalho útil para pagar pelo seu título, que no caso era produzir café. Assim a empresa colonizadora teria maiores garantias de retorno e o Estado arrecadaria não apenas através do imposto sob a venda do café, mas também por meio da tributação que incidiria sobre propriedade, bem como através da venda de terras devolutas às companhias colonizadoras.

A efetividade deste processo estava condicionada a diversos fatores como a valorização do café no mercado internacional e os custos de produção no Norte paranaense, as campanhas publicitárias que instigariam a migração de colonos que trabalhavam nas fazendas paulistas para o norte paranaense e a ação do Estado na regulação do acesso a terra, reprimindo formas de acesso que não passassem pela aquisição do título de propriedade. Todos esses fatores estiveram estreitamente associados à divisão internacional do trabalho, que determina o movimento internacional do capital e reflete a simultaneidade entre centro e periferia como condição para a existência do capitalismo. Tal simultaneidade é essencialmente crítica: envolve a crise da agricultura na periferia, cuja única “solução” possível é a expansão da mesma, e crise do capitalismo industrial, na qual o capital, em função do crescente desenvolvimento das forças produtivas, não encontra possibilidade de realização no centro e, portanto, acaba por inundar a periferia de capital ocioso.

No tópico a seguir, buscaremos aprofundar essa discussão acerca da natureza essencialmente crítica do capitalismo, de maneira a melhor entender como a produção do Norte do Paraná (se) constitui (n)esse processo e suas implicações.

#### 4. A simultaneidade entre centro e periferia no capitalismo

Consideramos que a produção do Norte do Paraná através da formação de um mercado de terras se insere no processo de expansão - essencialmente crítica - do sistema produtor de mercadorias e tal expansão é expressão das contradições internas ao capitalismo, dentre as quais destacamos o mecanismo de concorrência, essencial ao seu funcionamento. A concorrência entre os diversos produtores de determinada mercadoria está estreitamente relacionada ao tempo de trabalho na média (ou tempo de trabalho socialmente necessário) para a sua produção. Aqueles que geram mercadorias com menor dispêndio de trabalho, sendo, portanto, mais produtivos, ficam em condições mais favoráveis na competição por mercados e, justamente em função disso, ampliam sua taxa de lucro e acumulam maior quantidade de capital. Tais ganhos em produtividade podem decorrer da crescente exploração da força de trabalho, como ampliação das jornadas ou redução dos salários, ou da incorporação de tecnologias que dispensam trabalho<sup>11</sup>.

Essa elevação da produtividade relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas é extremamente desigual: enquanto o desenvolvimento tecnológico dos países centrais é muito elevado, na periferia a produtividade média é tão reduzida que esta fica impossibilitada de competir a nível internacional na produção de bens industriais, o que progressivamente reforça a divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento desigual das forças produtivas a nível internacional decorre do processo de acumulação primitiva, que foi marcado por uma espoliação da periferia. Através de práticas imperialistas, o valor produzido na periferia foi sistematicamente transferido para o centro, o qual passou a dispor de meios para promover sua industrialização. Em outras palavras, a acumulação do centro se deu em função da espoliação da periferia<sup>12</sup>.

Portanto, diante desse desigual desenvolvimento das forças produtivas, o posicionamento de certas empresas na competição por mercados se torna tão mais vantajoso que o de seus concorrentes que o progressivo processo de concentração de capital em curso

---

<sup>11</sup> Importante salientar que esse processo de incessante busca pelo aumento de produtividade é essencialmente crítico, uma vez que nega o fundamento do valor, o trabalho.

<sup>12</sup> É preciso considerar que no interior dos próprios países centrais e periféricos há significativas diferenças de produtividade entre os produtores de mercadorias: a partir do momento em que a Argentina, que assim como o Brasil é um país agrário, passa a produzir mate em seu próprio território, e o faz abaixo do tempo médio de produção, o cultivo desenvolvido no Paraná entra em declínio. Da mesma forma, quando o Estado de São Paulo é cortado por ferrovias (que não passam pelos principais centros produtores de madeira no Paraná), a madeira paranaense perde mercado na capital paulista.

passa a criar condições para que ocorra a sua centralização, o que significa a formação de monopólios a partir da aquisição ou controle de seus adversários pela empresa mais produtiva<sup>13</sup>.

Este processo envolve não apenas o setor propriamente produtivo, mas também o bancário, que passa a se associar àquele. É por essa razão que, segundo BUKHARIN (1984), os bancos se constituem no “monopólio da formação de monopólios”, tendo em vista que estes criam a forma de uma “contabilidade geral”, passando a deter cada vez mais informações a respeito das unidades produtivas. Justamente por exercer esse domínio informacional, realizam criteriosamente uma “distribuição geral dos meios de produção”, o que não significa uma descentralização do capital, pois tal distribuição ocorre de acordo com os interesses do grande capital, o monopolista, controlado pelas instituições bancárias. As grandes empresas, não raro, possuem alguma vinculação com as instituições bancárias, havendo um entrelaçamento de ambas as gestões. Portanto, é de se esperar que os investimentos sejam direcionados àquelas empresas que de certa forma estejam direta ou indiretamente controladas pelas instituições credoras, enquanto as demais não encontram a mesma facilidade na obtenção de créditos. Ora, essa distribuição desigual do capital é um dos fatores que acelera a formação de monopólios.

“Por meio de diversas formas de crédito, de retenção de ações, de obrigações e de partes de fundador, o capital bancário opera desse modo como organizador da indústria – e essa organização como conjunto da produção do país é tanto mais poderosa quanto o é, de um lado, a concentração industrial e, de outro, a concentração dos bancos” (BUKHARIN, 1984, p. 64).

“Não se creia que estamos diante de casos excepcionais. Toda a vida econômica está cheia de exemplos semelhantes. *Empresas coloniais, exportação de capitais para outros continentes, construção de estradas de ferro e empréstimos governamentais, transportes urbanos e fábricas de armas, minas de ouro e plantações de borracha* – tudo está estreitamente ligado à atividade dos consórcios bancários internacionais. Os laços econômicos internacionais possuem ramificações infinitas, possuem milhares de ramos, para centralizar-se, afinal, em acordos estabelecidos entre os principais bancos do mundo, que estendem seus tentáculos em todas as partes do globo” (BUKHARIN, 1984, p. 52, *grifo nosso*).

O Estado, por sua vez, não fica de fora dessa articulação, visto que no mínimo sofre grande influência da burguesia e através de suas ações cria condições para que novos territórios sejam alvejados pelo capital produtivo-especulativo.

---

<sup>13</sup> Segundo Marx, In BUKHARIN (1984), concentração de capitais é o processo de ampliação do capital mediante a capitalização da mais valia produzida. É produto do desenvolvimento das forças produtivas de determinada unidade de produção. Por outro lado, a centralização de capital expressa o desenvolvimento desigual dos ganhos de produtividade, o que se manifesta na formação de monopólios. Estes frequentemente se constituem através de trustes, cartéis ou combinados.

Entretanto, ainda que ocorra um processo de concentração e de centralização do capital e da produção, com forte atuação do capital financeiro, o mecanismo da concorrência continua a operar, o que impele estes grandes combinados a continuarem incessantemente a negar o seu fundamento, o trabalho, visando elevar a produtividade. Daí que nos países industrializados, onde os ciclos de reprodução do capital se tornam mais velozes, o volume de capital reproduzido é tal que não se encontra aplicação lucrativa, o que implica na formação de excedentes seguida por crises de superacumulação. Simultaneamente, ocorre um processo inverso (e articulado) na periferia: aqui, as economias agrárias constituem uma estrutura condicionante da escassez de capital, contribuindo para essa situação a própria ação imperialista que promovera uma espoliação da periferia. Ora, diante dessa contradição inerente aos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas mais uma vez ocorre uma articulação contraditória entre centro e periferia, através da qual esta absorverá o capital excedente através de “*empresas coloniais, exportação de capitais para outros continentes, construção de estradas de ferro e empréstimos governamentais*”. Qualquer que seja a forma adotada há uma promessa de remuneração futura ao capital, aplicação essa mais lucrativa que investir esse mesmo capital na exploração do trabalho nos países de origem<sup>14</sup>.

Conforme discutiremos adiante, esse processo se realiza violentamente, desconfigurando formas tradicionais de reprodução social. Assim, a exportação de capitais, possibilitada por políticas imperialistas, acaba por estimular o escoamento de mercadorias produzidas no país credor, as quais são importadas através dos capitais emprestados. Ou seja, as associações monopolistas ganham várias vezes: com o escoamento do capital ocioso, com o juro da dívida e com a conquista de um mercado comprador das mercadorias produzidas em excesso. E mais, havendo menos capital disponível internamente a esses países, diminui-se a produção interna de mercadorias.

Além de propiciar exportação de capitais e mercadorias excedentes, o imperialismo dos principais países industriais do mundo apresenta outro objetivo: o domínio dos mercados fornecedores de matéria-prima que abastecerão suas indústrias. Ao assegurar tais mercados sob a sua área de influência, acaba-se por instituir vantagens que rebaixarão os custos de produção,

---

<sup>14</sup> No caso da produção do Norte do Paraná, a atuação de companhias colonizadoras de capital internacional se justifica exatamente na implicação de trabalho futuro, destinado a pagar as prestações do título de propriedade; o preço da terra expressa essa imbricação e na medida em que o proprietário paga suas prestações, está remunerando esse capital exportado. No entanto, um condicionante essencial para esse pagamento é a possibilidade de realização da mercadoria, o que significa a ocorrência de uma situação favorável de sua produção e circulação. Daí que para que a atuação da CTNP fosse economicamente viável era necessário que seu território fosse cortado por vias férreas, permitindo aos colonos escoar o café produzido. É por isso que se diz que a ferrovia acompanhou e dirigiu o processo de ocupação da região. E na medida em que isso acontece mais capital ocioso é investido na periferia, sob a forma de companhias ferroviárias.

o que o colocará em condições favoráveis de concorrência. **E mais**, na medida em que se exerce um domínio monopolista das fontes de matérias primas se cria condições para que se imponha, também, o controle de certos ramos da produção, visto que a concorrência se vê arruinada.

Segundo BUKHARIN (1984), exportação de capitais e de mercadorias excedentes e controle monopolista das fontes de matéria-prima e energia evidenciam a contradição entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção e, portanto, se constituem em objetivos norteadores da política de conquista empreendida pelos Estados capitalistas a ele contemporâneos. O imperialismo, portanto, é a política desse “estágio superior do capitalismo” (LENIN, 1987), pois se constitui na saída paliativa da contradição inerente ao desenvolvimento das forças produtivas.

“Enquanto capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais ao estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade de exportações de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados lá terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo ter “amadurecido excessivamente” em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação “lucrativa”” (LENIN, 1987, p. 61).

Para que essa política imperialista se efetive é necessário que uma condição fundamental se realize: os destinos desse capital exportado precisam ter no dinheiro e na mercadoria os elementos que realizem a mediação estruturante da reprodução social, de maneira adequá-la ao sistema produtor de mercadorias. A territorialização dessa forma de reprodução social acaba por promover a desterritorialização de formas tradicionais, impondo assim o que Robert KURZ (2004) chama de *trabalho abstrato* - que traz em si mesmo a sua finalidade, pois está desvinculado dos conteúdos sensíveis tradicionalmente associados ao trabalho, expressando o *automovimento do dinheiro*. Ou seja, a determinação do que e de como se produzirá expressa o cálculo em relação ao que trará o maior resultado monetário possível, a despeito das implicações sociais. Nesse movimento, o objetivo da produção deixa de ser, portanto, a criação de bens concretos determinados pelas suas qualidades sensíveis, passando a se constituir em função do valor de troca das mercadorias produzidas.

“Enquanto nas épocas pré-modernas a crueldade contra os fracos, velhos e enfermos se devia ainda parcialmente à força produtiva insuficiente e à dependência da

“primeira natureza”, resulta ela nos sistemas produtores de mercadorias unicamente do fato de que os homens são apenas “válidos” à medida que, sem consideração dos recursos reais, podem cumprir o imperativo do trabalho abstrato” (KURZ, 2004, p. 120).

Tal imposição é muitas vezes reforçada a partir da própria ação imperialista do capital financeiro monopolista que, como condição de realização, articula-se com a burguesia dos Estados em relação aos quais exercerá dominação. KURZ (2004) aponta que uma das maneiras mais utilizadas para alterar as formas de reprodução social de maneira adequá-las às exigências do sistema produtor de mercadorias é através de uma política tributária. A cobrança de impostos impõe a necessidade de realização de trabalho útil que produza mercadorias que gerem dinheiro ao serem vendidas.

Outra política frequentemente instituída pelos Estados nesse sentido é a de formação de um mercado de terras, mediante a exigência da necessidade da aquisição do título de propriedade da terra para que se possa legalmente dela usufruir. Uma vez determinado tal condicionante, transformam-se completamente as formas de uso da terra, visto que, visando pagar o título de propriedade e os impostos que sob ela incidem, o sujeito terá que produzir aquilo que se realize no mercado de maneira a obter a maior quantidade monetária em relação aos custos de produção.

Além do mais, a difusão de valores consumistas na sociedade contribui para a disseminação da forma de reprodução social mediada pelo trabalho abstrato. Visto que as necessidades de consumo se diversificam, torna-se necessário obter o equivalente geral, o dinheiro, para comprar e assim usufruir de um número cada vez maior de mercadorias.

A progressiva sujeição ao capitalismo das formas remanescentes de reprodução social tradicionais pode ser encarada no âmbito de uma *modernização negativa* ou *modernização periférica* (KURZ, 2004), que não é o oposto da modernização que ocorrera nos países centrais, mas simultânea a esta, constituindo-a. Sua manifestação na periferia é marcada pela desarticulação de formas de reprodução social sem que tome o seu lugar uma que possa competir internacionalmente nos termos de produtividade média. Isso porque o desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais é tão elevado que seriam necessários enormes e impraticáveis investimentos de capital na periferia para torná-la competitiva. É por isso que compreendemos os discursos favoráveis à importação de capitais como fetichistas, tendo em vista que [1] muitas vezes a taxa de juro é mais elevada que os possíveis ganhos em produtividade, [2] não é suficiente para posicionar o país que o recebeu em condições de competir com os países industrializados e [3] reforça a condição agroexportadora do país devedor ao se materializar na construção de infraestruturas destinadas ao incremento da

produção agrícola – incremento este realizado com vistas a promover o pagamento do endividamento da periferia.

Portanto, é possível compreender a crise na qual o Estado do Paraná se encontrava na década de 1920 não apenas em função da perda de mercados consumidores (que, conforme já observamos, está relacionada à queda da produtividade média da geração do mate e outras mercadorias), mas também a partir da tendência à deterioração dos termos de troca entre países industrializados e agrários. Segundo MANDEL (1985), tal deterioração pode ser compreendida na medida em que quanto maior é o desenvolvimento das forças produtivas, menor é a quantidade de trabalho dispendido, sendo, portanto, menor o valor da mercadoria. Ora, nos países agrários, com baixo desenvolvimento das forças produtivas, as mercadorias produzidas apresentam alto valor, sendo “trocadas” por mercadorias de baixo valor, havendo assim uma progressiva transferência de valor da periferia para o centro.

A situação paranaense era complicada porque, dada as características itinerantes das atividades econômicas tradicionais, já havia grande necessidade de se importar bens de consumo. E, com isso, a tendência era de incremento do endividamento, tendo em vista que as atividades extrativistas e agropecuárias ali desenvolvidas geravam uma receita muito inferior aos gastos com importações de mercadorias beneficiadas. Como discutimos, mesmo no período áureo de extração e exportação da erva mate o capital obtido não foi suficiente para propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, o que se manifesta, por exemplo, na precariedade das vias de transporte.

“De fato, nas economias exportadoras de produtos primários – portanto, geralmente importadoras de manufaturas – o setor exportador normalmente é o que oferece maiores vantagens ao capital. Por essa razão, há uma considerável concentração de inversões nesse setor, prejudicando, assim, uma possível diversificação na produção interna. Por outro lado, a tendência à deterioração dos preços dos produtos primários no mercado internacional, em relação à valorização crescente dos produtos manufaturados, reduz a capacidade de capitalização, acentuando ainda mais esse problema. Com efeito, nas economias primário-exportadoras com a deterioração das relações internacionais de intercâmbio, a aquisição de bens industrializados, especialmente de capital, torna-se cada vez mais onerosa. Dessa forma, é preciso um crescente esforço de produção – traduzido na intensificação dos investimentos – para se obter a mesma quantidade de bens importados. Portanto, à elevação dos custos das mercadorias importadas, acrescenta-se a necessidade de se produzir sempre mais o produto a ser exportado” (PADIS, 1981, p. 38-39).

Por outro lado, em países industrializados, como a Inglaterra, vinham sendo formados monopólios em associação com as principais instituições bancárias. Na competição entre estes era central o domínio de mercados fornecedores de matérias primas e consumidores de suas manufaturas e capital excedente. Veremos adiante que o investimento de capitais ingleses no

Norte do Paraná não esteve originalmente interessado no setor imobiliário - embora este tenha assumido grande importância posteriormente -, mas justamente no controle da oferta de matéria prima para a indústria têxtil inglesa. Além disso, num momento em que era cada vez maior a escassez de capital na periferia, os investimentos no Paraná pelos ingleses eram inclusive defendidos pela elite local como forma de possibilitar a expansão da cafeicultura (“a riqueza do país”) em território paranaense.

Observemos, então, mais acuradamente o processo de imbricação de interesses entre os fazendeiros paulistas produtores de café que se instalavam no Norte do Paraná, o governo paranaense, os capitalistas ingleses e os sitiantes.

## 5. O laço entre os ingleses, os cafeicultores paulistas e o governo paranaense

Abordamos inicialmente a situação de crise de arrecadação pela qual passava o Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX, buscando demonstrar que se tratava de uma crise estrutural de deterioração de seu principal produto de exportação, a erva mate. Uma vez que a maior parte das receitas provinha dos impostos de exportação do produto, este processo resultou num endividamento estadual, o qual progressivamente aumentava<sup>15</sup>. Nesse contexto de colapso da economia tradicional local, a expansão da cafeicultura comercial paulista - que no início do século XX penetra em terras paranaenses - passa a se apresentar enquanto possibilidade de recuperação econômica. Conforme observamos no gráfico 2, a arrecadação de impostos sobre a exportação do produto pelo governo do Paraná crescia a partir de 1925 e, em poucos anos superaria a arrecadação da exportação da erva mate (PADIS, 1981).

Tal avanço da frente pioneira criou condições para que se alterasse a forma de regulação de acesso a terra. O Norte do Paraná, que durante anos permanecera como fundo territorial cuja ocupação o poder público estadual não conseguira efetivar, vinha se tornando cada vez mais cobiçado. Por conseguinte, o governo paranaense alterou sua política fundiária, substituindo a prática de concessão de terras devolutas pela sua venda a fazendeiros e companhias colonizadoras. A penetração da economia cafeeira representou, portanto, essa dupla importância para a arrecadação do poder público do Paraná no momento da crise de sua economia tradicional: através da produção propriamente dita do café, a ser devidamente taxado, bem como via formação de mercado de terras, que permitiria uma arrecadação estadual tanto no momento da venda das terras devolutas, como na cobrança de impostos sobre a propriedade.

Conforme também discutimos anteriormente, a expansão da cafeicultura pelo território brasileiro no século XX reflete a divisão internacional do trabalho, que imputa à periferia uma função agroexportadora, a qual tende a se afirmar progressivamente como decorrência da tentativa de pagar seu crescente endividamento. No entanto, para entender sua penetração no Norte do Paraná é necessário considerar as particularidades que ali estiveram presentes: além da grande disponibilidade de terras baratas e praticamente desabitadas, a região apresentava marcante presença de solos de terra roxa, extremamente férteis. Ademais, a baixa incidência de geadas se constituía em outro fator atrativo a uma produção do café para exportação.

---

<sup>15</sup> Segundo PADIS (1981, p. 78), na virada da década de 1920 para a de 1930, o endividamento estadual era oito vezes maior que a receita anual.

No entanto, para que os custos de produção fossem reduzidos o suficiente para que a produção paranaense competisse a nível internacional por mercados se fazia necessária a existência de eficientes vias de transporte. Somente com um rápido escoamento seria economicamente viável a ocupação de terras mais distantes. Assim, os fazendeiros paulistas que já haviam adquirido terras paranaenses, dentre os quais o major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Gabriel Ribeiro dos Santos, Antônio Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Correa, se articulam e fundam a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná (que em 1928 passaria a se chamar Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná), empresa ferroviária destinada construir um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana partindo de Ourinhos na direção meridional. Contudo, a associação de fazendeiros não dispunha de capitais necessários para realizar tal expansão, de modo que o ritmo de prolongamento do ramal foi muito lento e em 1925, após serem construídos 29 quilômetros de trilhos (que atingiam a cidade de Cambará), as obras foram paralisadas. Dada a precariedade da situação econômica do governo estadual, o poder público não podia atender os interesses dos cafeicultores paulistas que se instalavam no norte paranaense.

“As disponibilidades financeiras dos fazendeiros de café estabelecidos no Norte Velho não eram suficientes para concluir com a desejável rapidez os trabalhos dos trechos ferroviários Ourinhos-Cambará. Daí a preocupação do Major Barbosa Ferraz Júnior, presidente da estrada de ferro, de atrair para o empreendimento, novos e poderosos investidores. Por essa razão, no início de 1924, se realizaria um encontro decisivo para o desenvolvimento do Norte do Paraná: Lord Lovat, visitando o Brasil como técnico em agricultura e florestamento da missão inglesa chefiada por Lord Montagu, chega à fazenda de terras roxas onde o Major Barbosa Ferraz cultivava um milhão de pés de café” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 38).

É bastante significativo o fato de que os fazendeiros paulistas não dispunham de capitais para financiar a expansão da linha férrea pelo Norte do Paraná. Tratava-se, na época, do grupo social de maior projeção econômica, o que evidencia a característica estrutural da periferia: a carência de capitais. Diante dessa situação, normalmente ela se endivida para pagar seu endividamento anterior. Por outro, no centro o acentuado desenvolvimento das forças produtivas reproduz o capital de forma tão acelerada que este não encontra no interior das fronteiras nacionais aplicação lucrativa. É aí que podemos entender as missões internacionais nas quais a burguesia dos países centrais percorrem o mundo em busca de aplicações para seu capital excedente.

“As usinas siderúrgicas inglesas fabricavam aço e muitas indústrias mecânicas dedicavam-se a transformá-lo em trilhos, pontes metálicas e máquinas para as indústrias

de transformação. Verificava-se, portanto, de um lado do Atlântico, na Província de São Paulo, uma demanda segura de serviços de transporte; do outro lado, na Inglaterra, a existência de capitais disponíveis para investimento, de máquinas para serem vendidas, de experiência tecnológica. Aqui se desenvolviam lavouras de café de elevada produtividade; lá se concentravam fatores de progresso carentes de aplicação. Nós tínhamos o que transportar; eles tinham como transportar” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 19-20).

Dessa articulação estrutural ao capitalismo decorre a Missão Montagu<sup>16</sup>, de 1924, que consistiu na vinda para o Brasil de empresários ingleses cujo objetivo era o de avaliar o estado das finanças do País, frente à solicitação do presidente Arthur Bernardes por empréstimo a banqueiros de Londres. A Missão era chefiada por Edwin Samuel Montagu, que já havia ocupado o cargo de secretário das Finanças e do Tesouro da Inglaterra e de secretário de Estado para a Índia. Montagu estava acompanhado por Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Bank; Hartley Withers, ex-diretor do *The Economist* e comentarista de assuntos financeiros; William McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de auditoria e contabilidade; Henry Lynch, industrial inglês e representante dos Rothschild no Rio de Janeiro, e, por fim, Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento e diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*.

Lovat veio ao Brasil com a incumbência de levantar possibilidades para que a Sudan Plantations aplicasse seus capitais na produção de algodão, tendo em vista a incerteza do imperialismo inglês no Sudão frente à independência do Egito (1922) e a necessidade de manter o controle monopolista dos mercados fornecedores da matéria prima. Durante o tempo em que esteve no Brasil, o inglês percorreu o país realizando levantamentos das características geográficas locais com o intuito de encontrar terras baratas, desocupadas e propícias à produção agrícolas.

“É muito importante conhecer essa missão de Lovat, pois com ela se delineava, pouco a pouco, uma convergência de interesses que viria a contribuir decisivamente para a colonização do Norte do Paraná: de um lado Lord Lovat, em busca de informações sobre a nossa agricultura e de terras adequadas para o plantio de algodão; de outro, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antônio Ribeiro dos Santos, que procuravam interessar investidores estrangeiros na aplicação dos capitais necessários à continuação das obras da Companhia Ferroviária

---

<sup>16</sup> Segundo ABREU (2015), após tomar posse em novembro de 1922, Arthur Bernardes formulou uma política econômica para equilibrar as finanças e a economia brasileira, que envolvia instituição do Plano de Defesa Permanente do Café, a liquidação da dívida frente ao Banco do Brasil e a criação de um Banco Central. Assim, em 1923, o Presidente da República solicitava aos banqueiros ingleses um empréstimo de 25 milhões de libras, os quais o condicionaram a um estudo da situação da economia brasileira e à implementação das medidas que seriam sugeridas. A vinda de empresários ingleses a fim de avaliar possibilidades de investimentos no Brasil se expressou na Missão Montagu de 1924.

São Paulo-Paraná [...]” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 42).

Nesse sentido, ao tomar conhecimento dos interesses de Lovat no Brasil, os cafeicultores paulistas que se instalavam no Norte Velho paranaense realizaram marcante campanha de enaltecimento do vigor da cafeicultura paulista, bem como das características físicas relativas às terras norte paranaenses, de maneira a atrair o investimento do capital externo, principalmente, na criação de infraestruturas de transportes. Paralelamente, disseminou-se entre os brasileiros a ideia de que era necessário importar o capital excedente inglês num cenário de escassez de capital interno e que isto se apresentava enquanto possibilidade através da Missão Montagu. Essa campanha de parte da burguesia nacional de conscientização dos ingleses quanto às potencialidades de investimento de capitais no Brasil, por um lado, e de conscientização nacional quanto à necessidade de se importar capitais, por outro, se realizou através dos principais veículos de comunicação.

Assim, no dia 1º de janeiro de 1924, o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro publicava a seguinte matéria, na qual divulgava a Missão Montagu e a ela associava a grande “oportunidade” que o Brasil teria de incorporar os meios que possibilitassem o seu desenvolvimento.

“O Brasil hospeda actualmente personagens da mais alta representação nos meios políticos, financeiros e industriaes da Inglaterra. Pelo Araguaya, chegaram a esta capital Right Honorable Edwin Montagú, ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Thesouro; acompanhado de vários assessores. Essa visita que o governo habilmente conseguiu é muito honrosa e será seguramente do maior alcance para o nosso país. Ninguém ignora as dificuldades sérias com que tem lutado o governo actual. A dívida fluctuante considerável e as taxas cambiaes que o governo encontrou constituem factores que perturbam de modo deplorável a vida nacional, quer na administração pública, quer no comércio e nas indústrias. Precisamos sahir a todo o transe desta situação. É incontestável que a acção do governo no anno que acaba de findar contribuiu poderosamente para melhorar as nossas condições. A economia severa, a fiscalização rigorosa na arrecadação das rendas, a ordem na elaboração e execução dos orçamentos são factores que se vão revelando com real eficiência, a melhora das taxas cambiaes e o augmento das rendas representam bem o expoente de uma situação que melhora dia a dia, com satisfação geral do paiz. *Mas, o Brasil precisa de recursos poderosos que a sua economia interna ainda não possui, quer para restabelecer definitivamente a ordem nas suas finanças, quer para dar uma expansão maior às suas ricas e variadas fontes de producção. Para isso, todos o sabem, não poderá dispensar o capital estrangeiro e se há paiz que, pela opulência de sua economia, possa francamente merecer esse auxílio, com as maiores garantias, esse é incontestavelmente o Brasil. Não podemos prescindir dos mercados monetários das velhas nações [...]*” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 43, *grifo nosso*).

Duas semanas mais tarde, no dia 15 de janeiro de 1924, exatamente quando Lord Lovat está em São Paulo, a diretoria da Estrada de Ferro Noroeste do Paraná publicou uma longa matéria no jornal *O Estado de São Paulo* que disseminava um ideário heroico em relação ao avanço da cultura comercial do café nos solos paulistas de terra roxa. Esse crescimento tão vigoroso se realizou, segundo a matéria, em virtude do espírito bandeirante inerente aos desbravadores do café (o “ouro vegetal”) no oeste paulista, o que teria se configurado no embasamento de todo o desenvolvimento econômico nacional. As características físicas propícias à produção agrícola, também foram ressaltadas no artigo.

No entanto, o interesse primordial da matéria era o de atrair os olhares estrangeiros à expansão das ferrovias. Para tal, disseminou-se um ideário de grandes potencialidades inerentes não apenas na ocupação das terras norte paranaenses, mas, essencialmente, na magnitude dos retornos que o investimento na construção de ferrovias que cruzassem a região poderia gerar. Acompanhado de um mapa da região, a publicação seguiu o seguinte tom:

“Como se vê do mapa junto, o actual traçado da Noroeste do Paraná, partindo da mencionada estação de Ourinhos, se, depois de atravessar os rios Paranapanema, Cinza, Laranjinha e Tibagy, prosseguir em demanda do grande rio Paraná – o mar interno do Brasil – abaixo do Salto de Guahyra, - a maior força hydraulica do mundo – será inteiramente o visado pelo nosso eminente estadista dr. Cincinato Braga, para a ligação ferroviária Santos-Assumpção. *E o facto de já vir sendo executado esse traçado por uma empresa particular sem favores de governos, prova à evidência a sua exequibilidade*, além de que esse nosso eminente patricio já teve mais a confirmação de seu acerto pelo parecer do exmo. sr. dr. Carlos Euler, brilhante ornamento da engenharia brasileira, que chefiou uma comissão encarregada de estudar os diversos traçados apontados para essa ligação ferroviária internacional [...] E o trafego desse trecho, relativamente pequeno, vae surprehender pela sua renda, pois a linha ferrea até a florescente povoação de Cambará, que em futuro próximo será um segundo Ribeirão Preto, como centro de producção cafeeira, terá desde logo para transportar a prodigiosa producção de cerca de cinco milhões de cafeeiros em plena pujança, toda a fantastica producção de cereaes que abastece em larga parte o mercado de São Paulo, e , mais ainda, conta com a importação que é sempre volumosa em zonas novas, onde as construcções e installações de industrias tomam desde logo forte incremento. E, *pois, de crystalina evidência que essa estrada de ferro terá brilhante destaque entre as de maior renda do nosso país, sem mesmo considerar vir a ser de ligação internacional, pois o seu traçado discorre por toda uma immensa região, afamada pela assombrosa fertilidade de suas terras roxas, excellentemente apropriadas à cultura de café, cereaes e alfafa, cortada de diversos grandes rios, alguns dos quaes navegáveis, outros apresentando grandes potencialidades hydráulicas e onde se encontram importantes jazidas de carvão de pedra, ferro e cobre*. Terminamos externando toda a nossa sympathy admiração por essa iniciativa paulista, que em alto grau concorrerá para a economia e finanças do nosso paiz” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 47-48, *grifo nosso*).

Mais uma vez, a exaltação das características físicas da região foi um dos recursos dos quais se utilizaram os cafeicultores paulistas para atrair o interesse do capital internacional: faz-se referência às possibilidades de geração de energia hidráulica, de navegação pelo rio Paraná

(o “mar interno do Brasil”), de extração de minérios a partir das jazidas de carvão, ferro e cobre, e, essencialmente, de produção agrícola no seu solo de terra roxa de “assombrosa fertilidade”. Visava-se, assim, assegurar aos investidores internacionais a ocorrência de elevados retornos relativos à construção de ferrovias, buscando assim demonstrar que estas certamente teriam o que transportar e a elevada produção de café realizada no oeste paulista era a mais clara evidência disso.

O destinatário final do extenso artigo era evidentemente o capital internacional através da figura de Lovat. O trecho a seguir, retirado da mesma matéria do dia 15 de janeiro, é um recado explícito do jornal paulista ao representante inglês: “*Esta terra é orgulhosa, patrão! não aceita nada de graça! mas emprestado, pagando a juros altos o benefício que se lhe faz!*” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 45-46). Secundariamente, ao afirmar uma pujança da cafeicultura paulista que se espalhava pelo Norte do Paraná, a matéria acaba por fortalecer politicamente os fazendeiros produtores de café.

Nesse contexto, Lord Lovat decidiu realizar uma visita ao norte paranaense, a fim de conhecer as potencialidades da região. Foi acompanhado por Gastão de Mesquita Filho, engenheiro responsável pela construção da estrada de ferro entre Ourinhos e Cambará, e logo se admirou com a qualidade das terras que visitara. Conforme abordamos anteriormente, o interesse de Lovat era o de adquirir terras para assegurar o permanente fornecimento de matéria prima para a indústria têxtil inglesa - cujos interesses representava no Brasil - e não propriamente o de subsidiar a expansão ferroviária no Norte do Paraná. Assim, Gastão de Mesquita Filho e fazendeiros paulistas que possuíam terras na região tais como Willie Davids (que na ocasião exercia o cargo de prefeito de Jacarezinho) e Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior - interessados na construção de infraestruturas que acelerassem o escoamento de mercadorias -, se reúnem com Lovat e tratam de apresentar outras possibilidades de investimento na região as quais, inclusive, seriam segundo eles mais lucrativas que a produção direta de algodão. No encontro, Gastão de Mesquita argumentou que a aquisição de terras no Norte do Paraná certamente propiciaria um retorno econômico em função das ótimas características físicas através das quais seria possível produzir diversos gêneros agrícolas. Ademais, buscou-se demonstrar a Lovat que haveria um processo de marcante valorização das terras na medida em que se investisse no prolongamento da ferrovia (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Segundo o trabalho elaborado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), na reunião que contou com a presença dos fazendeiros locais e empresários da estrada de ferro, demonstrou-se a Lovat que as terras em Cambará valorizaram até mil por cento a partir do momento em que começaram a correr os primeiros trens.

Diante dessa campanha, o ímpeto inicial de Lovat foi o de propor ao major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, um dos maiores proprietários de terras no Norte do Paraná, a aquisição de seus domínios. No entanto, o major recusou a oferta, o que nos pareceu bastante elucidativo sobre os interesses dos fazendeiros locais: não se tratava apenas de produzir café, mas produzir café onde o tempo de produção fosse menor que o tempo médio, o que significava, nesse caso, produzir café onde houvesse ferrovia. Para atrair investimento internacional que bancasse a construção de tais infraestruturas, buscou-se demonstrar possibilidades de lucratividade através do mercado de terras: haveria uma precificação das terras (que poderiam ser adquiridas a baixos preços) na medida em que houvesse um plano “racional” de ocupação do solo, que permitisse o escoamento de mercadorias. Ademais, a recusa do major nos aponta para a possibilidade de que esses mesmos fazendeiros estivessem interessados em participar do jogo imobiliário, mas que, sem dispor dos capitais que os ingleses detinham, só poderiam fazê-lo mantendo suas terras e atraindo investimento de capital externo.

Lovat retorna à Inglaterra, mas atribui aos advogados João Sampaio e Antonio Moraes Barros a função de levantar possibilidades de se adquirir terras no Paraná. Ainda em 1924, funda junto a acionistas ingleses a Brazil Plantations Syndicate Ltd, sob a incumbência de investir na produção de algodão no Brasil. No ano seguinte, Arthur Thomas, representante da Brazil Plantations Syndicate Ltd, é enviado ao Brasil com a missão de organizar as atividades dessa empresa e de identificar terras a serem adquiridas pela Companhia. Foram compradas algumas glebas no oeste paulista, onde se investiu no cultivo algodoeiro.

Conforme já assinalamos, a produção de algodão no Brasil esteve associada ao interesse dos industriais ingleses em assegurar seu abastecimento de matéria-prima, tendo em vista as tensões no Egito. Ademais, por já terem realizado esse cultivo em outros lugares, os ingleses já tinham certo *know-how* para realizar tal produção. Mesmo assim as primeiras safras ficaram abaixo do esperado, de maneira que os dirigentes ingleses, ainda com grande quantidade de capital excedente, acabaram se convencendo em investir no então inexistente mercado imobiliário no norte paranaense.

Assim é que em 24 de setembro de 1925 criava-se a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantations<sup>18</sup>, a qual adquiria o equivalente a 20% das terras paranaenses. Estas estavam localizadas no eixo de expansão da cafeicultura comercial

---

<sup>18</sup> A Paraná Plantations pertencia à Brazil Plantations Syndicate Ltd e foi criada para levantar recursos de banqueiros ingleses para subsidiar a atividade imobiliária no Paraná. Sua criação esteve também relacionada ao interesse em não misturar a atividade imobiliária com a de produção de algodão, para a qual a Brazil Plantations foi fundada (BARNABÉ, 1989).

paulista, numa área recoberta pela floresta pluvial entre os rios Tibaji e Ivaí. Posteriormente, adquirir-se-ia, uma gleba na margem esquerda do rio Ivaí.

A fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná expressa a rápida transformação dos interesses ingleses no Brasil. Menos de um ano após a vinda de Lord Lovat ao Paraná percebeu-se que era mais lucrativo investir o capital excedente no mercado de terras do que na produção de algodão para abastecer a indústria têxtil inglesa. Para além de uma safra de algodão pouco expressiva, é preciso considerar que, num contexto de excedente de capitais, o investimento do mesmo no mercado imobiliário significa uma reprodução *futura*, cuja possibilidade de realização se expressa no preço da propriedade, a ser paga em prestações depois de ocorrido um investimento de capitais na execução do plano de ocupação.

No entanto, alguns condicionantes deveriam ser satisfeitos para que tal reprodução de capitais excedentes através do mercado imobiliário se realizasse. O primeiro deles era assegurar a legalidade dos títulos àqueles que se interessassem em adquirir uma propriedade. Ainda que a Lei de Terras (que institucionalizara a terra enquanto mercadoria, permitindo seu usufruto mediante unicamente a sua compra) tenha sido promulgada em 1850, nas áreas mais desabitadas não havia sido instaurado um mercado de terras. Era comum a concessão de terras devolutas a companhias colonizadoras, bem como a grilagem de títulos e sua ocupação por posseiros. Nesse sentido, se não houvesse plena certeza por parte dos compradores de que a terra que viessem a adquirir não seria reclamada por outrem, poucas vendas teriam sido realizadas. Da mesma forma, seria imprescindível que o Estado adotasse políticas repressivas a formas de ocupação da terra que não passassem pela aquisição de seu respectivo título, dificultando, assim, o usufruto da terra através de ocupações. Em torno desse problema, Herman Moraes de Barros, primeiro presidente da CTNP, realizou o seguinte depoimento:

“Os estudos preliminares, elaborados ainda em 1925, quando meu pai examinava a legitimidade dos títulos das terras oferecidas à Companhia, demonstraram que a empresa deveria fixar seu campo de ação em uma área situada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, que por aquela época era disputada ferozmente por grupos antagônicos constituídos por posseiros e por possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Estado do Paraná. Surgiu, portanto, em razão dessa contenda, o primeiro grande problema a enfrentar pelos colonizadores ingleses. Se não se eliminassem essas dúvidas, ninguém teria coragem de aplicar dinheiro na compra das terras que a Companhia pretendia lotear. O plano posto em prática visando o apaziguamento foi dispendioso, mas seguro: com a aprovação prévia do governo do Estado do Paraná, a Companhia de Terras adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes a uma área de 415 mil alqueires. Em seguida, propôs às autoridades o seguinte: Se o governo nos vender essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em Lei, rasgaremos estes papéis discutíveis e acabaremos com o litígio que está retardando o desenvolvimento do estado. Assim, embora pagando duas e até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra

negociada. Entre 1925 e 1927 a Companhia fez mais algumas compras, somando finalmente suas transações um total de 515.000 alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de mata. No Paraná manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso Camargo, cuja decidida colaboração muito influenciou para o êxito da transação. A Companhia contou, mais tarde, com a colaboração Dr. João de Oliveira Franco, jurista eminente a quem o empreendimento deve os mais assinalados serviços. Recebeu sempre, também, o apoio decidido do saudoso Interventor Manoel Ribas. A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná. Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 metros quadrados” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 59).

Portanto, adquirir terras foi a estratégia adotada pela CTNP com o intuito de fornecer total credibilidade aos colonos quanto à legalidade dos títulos. Em alguns casos, comprou-se mais de uma vez a mesma terra, seja frente ao Estado, seja de proprietários (cujos títulos fossem verdadeiros ou não), seja, finalmente, em relação a posseiros<sup>19</sup>. Por outro lado, o governo paranaense interessou-se pela venda de terras devolutas a companhias de colonização, pois, além de poder arrecadar impostos sobre lotes e sobre a comercialização de mercadorias produzidas pelos proprietários, a venda de grandes glebas de terras à CTNP geraria alguma receita direta, o que a simples concessão de terras não fazia. Satisfazia-se, assim, um condicionante importante para a formação de um mercado de terras no Norte do Paraná.

“A região do Norte do Paraná rapidamente expandiu-se em virtude das condições de segurança repassada para o pequeno proprietário, em parte assegurado pela CTNP, de ter o efetivo direito à propriedade. Adquirindo o lote agrícola o lavrador logo se tornava proprietário de seu pequeno sítio ou colônia, amparado pelo poderio financeiro e político da companhia que lhe vendera a propriedade nativa. A satisfação de trabalhar em propriedade própria, mesmo tendo de abrir e derrubar a mata para roçá-la, tendo a segurança de não haver problemas com questões de posse e domínio de terra, foram indispensáveis à fixação dos colonos do Norte e Sudoeste paranaense” (SALVI, R. F.; ARCHELA, E.; ARCHELA, R. S., 2002, p. 205-206).

O segundo condicionante se constituía na identificação dos sujeitos aos quais o empreendimento se destinaria, ou seja, que tipo de compradores a CTNP buscava cativar. Para

---

<sup>19</sup> A maior gleba adquirida pela CTNP foi a que pertencia à Companhia Marcondes, à qual o governo estadual concedera extensas porções de terra, interessado na ocupação do norte do Estado. Esta Companhia ainda havia comprado títulos de proprietários locais, sendo uma das maiores detentoras de terra na região (dos 1.241.190 hectares adquiridos pela CTNP, 843.500 pertenciam à Companhia Marcondes). Ao examinarem os títulos de propriedade da Companhia Marcondes, os advogados da CTNP descobriram que os mesmos apresentavam várias incoerências e logo concluíram que haviam sido fraudados. Essa informação foi essencial para que se pudesse negociar com o governo estadual a compra das terras concedidas à Companhia Marcondes, bem como adquirir as terras cujo título de propriedade possuía, ainda que ilegais.

tal, requerer-se-ia uma compreensão das relações de produção atuantes na cafeicultura comercial paulista que penetrava no norte paranaense. Estas não eram essencialmente relações capitalistas de produção. Ainda que predominasse o regime de trabalho livre, essencial ao fazendeiro<sup>20</sup>, tais relações não eram integralmente mediadas pelo salário e pelo dinheiro. O colono deveria produzir café para o fazendeiro e, em troca, este lhe permitiria que ele e sua família cultivassem os artigos que permitiriam a sua reprodução enquanto força de trabalho (MARTINS, 2010).

Essa forma de exploração do trabalho foi ideologicamente assegurada pela promessa de ascensão social, sendo que, os próprios fazendeiros, que detinham grande influência sobre o Estado brasileiro, patrocinaram a partir deste a entrada de imigrantes no País e, ao invés de conceder-lhes terras (uma vez que havia consideráveis fundos territoriais), enviaram-nos às fazendas de café. Assim, explicitava-se que a futura aquisição da terra própria seria reflexo do trabalho árduo. Tal controle ideológico só foi possível, porque para o imigrante europeu havia uma positividade no trabalho, sendo este que permitiria a liberdade futura. Segundo MARTINS (2010, p. 61), “por oposição ao escravo, o colono entrava na produção do café pela valorização do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade”.

Entretanto, em função das particularidades da forma de exploração do trabalho na periferia, mais especificamente no setor agrícola brasileiro na primeira metade do século XX, havia enorme precariedade na forma de reprodução social, marcada pela constituição de sujeitos monetarizados sem dinheiro (KURZ, 2004). Ou seja, se o dinheiro era a mediação social em torno do qual a sociedade se estruturava, condicionando inclusive de aquisição da propriedade e de outras mercadorias, a organização estrutural desta sociedade inviabilizava que o colono tivesse acesso ao equivalente geral. Ao contrário, o que frequentemente ocorria era o endividamento do colono. Tal tensionamento era marcado por uma repressão do fazendeiro (ou do fiscal da fazenda, já que muitos fazendeiros migraram com o capital para o setor urbano), no sentido de forçar que se mantivesse a produtividade média, a despeito das variações climáticas, esgotamento do solo, disseminação de pragas etc.

Ora, essas relações de produção em torno da cafeicultura paulista certamente foram apreendidas pelos líderes da Companhia. Ressalte-se que antes da aquisição de glebas, os

---

<sup>20</sup> MARTINS (2010) aponta que o regime de trabalho livre significou essencialmente uma liberdade do capital do fazendeiro, que não mais precisaria ser imobilizado na aquisição do escravo. Pelo contrário, a forma de trabalho livre que foi adotada, por não ser completamente mediada pelo dinheiro (uma vez que o colono produzia a sua subsistência), foi central para certo acúmulo de capital pelo fazendeiro.

ingleses haviam percorrido o interior de São Paulo buscando levantar possibilidades de investimento de seu capital excedente. Através dessas visitas foi possível conhecer não apenas as características físicas locais, como também as relações de produção. Identificou-se, assim, o monopólio dos meios de produção por parte do fazendeiro e, por conta disso, o dispêndio da força de trabalho para outrem por parte dos colonos em troca da possibilidade de realizar trabalho para assegurar sua reprodução vital. E com isso, identificou-se que essa relação não envolvia a aquisição de dinheiro por parte do colono, condição essencial para que este conquistasse o que concebia enquanto liberdade: o título de propriedade privada da terra. Toda essa ordem distante se manifestava em grande insatisfação dos colonos, bem com como em relações violentas no campo (FUJICAVA, 2013).

Ao primeiro olhar, realizar um empreendimento imobiliário destinado a uma população endividada ou sem dinheiro é minimamente uma operação arriscada. Desta observação advêm o terceiro e o quarto condicionantes para que o empreendimento fosse economicamente viável para os investidores: permitir que os que viessem a adquirir um dos títulos pudessem pagá-lo futuramente, a prazo, e fundamentalmente, seria necessário assegurar que estes conseguiriam efetuar esse pagamento. Este só poderia se efetivar se o colono produzisse algo comercializável - no caso, o café, principal produto de exportação brasileiro - e conseguisse trocar o produto de seu trabalho por dinheiro. Tratava-se, portanto de acentuar a inserção do colono ao sistema produtor de mercadorias, tendo em vista que este teria que fundamentalmente produzir mercadorias que se realizassem no mercado para assegurar a sua condição de proprietário.

“A imposição para a realização do trabalho socialmente necessário ou útil se efetiva, principalmente, porque a mediação para o acesso a terra no pós 1930 se determina como mercado de terras. A terra como mercadoria é o momento em que, para ser acessada, impõe a necessidade de um trabalho que tenha a expressão monetária, isto é, que deve se expressar em um *quantum* monetário que realiza o pagamento da terra. Isto determinando uma necessária sujeição da reprodução social, que deve se efetivar com o que é considerado “útil” e que, portanto, é objetivamente posto pelo mercado de terras, isto é, pelo preço da terra” (FUJICAVA, 2013, p. 9).

Realizar trabalho socialmente necessário não bastava para que o proprietário conseguisse pagar o título da terra. Também se fazia essencial que ele conseguisse transformar os produtos de seu trabalho em mercadorias, o que significava que além de produzir era necessário comercializar. E isto só seria possível se conseguisse gerar mercadorias abaixo do tempo social médio de produção. Por isso, se a Companhia de terras Norte do Paraná quisesse assegurar o pagamento de suas terras, precisaria elaborar um plano de ocupação que contemplasse, essencialmente, as condições para a produção e a circulação do café.

“As grandes companhias que fazem o loteamento das glebas são levadas então, antes de tudo, a considerar as necessidades e possibilidades da clientela; é na medida em que tomam conhecimento destas possibilidades e satisfazem estas necessidades que elas realizam um verdadeiro trabalho de colonização. A clientela é composta de chefes de família de recursos modestos. O antigo assalariado de uma fazenda, o colono, só pode fazer umas poucas economias; o imigrante que acabou de desembarcar não conta com um pecúlio muito grande. Os pequenos pioneiros possuem, em geral, o mínimo suficiente para investir na assinatura do ato de venda de propriedade; o restante dependerá das colheitas e do crédito que obterão a longo prazo. Possuem apenas o necessário à compra das ferramentas indispensáveis. Uma vez instalados, poucos dentre eles poderão contar com a ajuda de diaristas: a mão de obra do sítio é a própria família e raros são aqueles que, tendo adquirido lotes de tamanho superior à média, possam pagar um ou dois assalariados. Em consequência, as terras que esses pequenos pioneiros podem comprar e cultivar, devem ter dimensões limitadas. O sitiante que se deixasse tentar pela compra de uma superfície muito extensa, correria o risco de falência, e, como a grande massa dos pioneiros tem uma situação financeira precária, convém favorecer a todos, lotes mais ou menos idênticos” (MONBEIG, 1957, p. 115-117, In BARNABÉ, 1989, p. 5-6).

Definida a “clientela”, o plano de ocupação foi concebido em função das suas condições. O primeiro fator atentado foi a própria escolha das terras que seriam adquiridas pela Companhia. A compra das maiores glebas ocorreu logo em 1925, momento no qual ainda não havia clareza sobre a forma através da qual se reproduziriam os capitais excedentes: se produzindo diretamente algodão, café ou através do mercado imobiliário. Entretanto, uma certeza havia: tal reprodução estaria fundamentada na produção agrícola e, portanto, os critérios nos quais os ingleses se embasaram para efetuar a escolha das terras a serem adquiridas estiveram associados a esse condicionante. Daí que as terras roxas do norte paranaense, região até então pouco habitada, onde era baixa a incidência de geadas, especialmente nos espigões, foram aquelas cobiçadas pelo capital internacional.

Uma vez que exerciam o controle de tais glebas e que já havia certa clareza de que a reprodução de capitais seria nela realizada a partir do mercado imobiliário e identificado seu público alvo, a CTNP se preocupou em elaborar um rigoroso plano de ocupação, a começar definindo o dimensionamento dos lotes. Tendo em vista que o empreendimento estava voltado a imigrantes e aos colonos que trabalhavam nas fazendas de café do oeste paulista – e que, portanto, não dispunham de grandes reservas de dinheiro – as glebas da CTNP foram loteadas em pequenas e médias propriedades, diferentemente do padrão de ocupação do interior de São Paulo, assentado em grandes porções de terra. Assim, o preço de cada lote não seria tão elevado, permitindo que o colono conseguisse pagar as prestações<sup>21</sup>. Ademais, não dispendo de capital

---

<sup>21</sup> As condições de pagamento estabelecidas pela Companhia de Terras Norte do Paraná quanto à compra dos lotes eram as seguintes: o colono daria uma entrada de 30% sobre o preço do imóvel, sendo 10% pagos na escolha do lote e 20% no ato de compra e assinatura do contrato, sessenta dias depois. Após um ano, vencia a primeira

para empregar trabalhadores, os colonos só poderiam realizar sua produção com o trabalho familiar e, nesse sentido, seus domínios não podiam ser muito extensos. A Companhia, por sua vez, ganharia em escala, visto que se por um lado o preço de cada lote não seria alto, por outro haveria muitos terrenos a serem colocados a venda. Assim, a maior parte dos lotes apresentava entre 25 e 35 hectares de dimensão<sup>22</sup>, o que, inclusive, transmitia certa ideia de igualdade entre os compradores.

Outro cuidado dos dirigentes na Companhia na elaboração do plano de ocupação esteve relacionado ao acesso aos mercados consumidores. Vimos que para que o proprietário pudesse pagar o título de sua terra era necessário que pudesse realizar as mercadorias que produzisse, o que significava, essencialmente, conseguir vendê-las a um preço que gerasse um retorno monetário que o permitisse pagar todos os seus custos de produção, sobrando uma quantidade para satisfazer sua reprodução material e para pagar as prestações da terra. Ora, para que isso acontecesse era necessária a existência de eficientes vias de comunicação.

Assim, em 1928, logo após encerrar todas as suas atividades destinadas ao cultivo de algodão no Brasil, a CTNP adquire dos fazendeiros paulistas a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que passa a se denominar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, e elabora o plano de ocupação em função de seu prolongamento. Diferentemente do que ocorrera em São Paulo, onde a ocupação territorial precedeu a ferrovia, no Norte do Paraná os primeiros loteamentos só ocorreram num momento posterior à implantação das vias de comunicação, o que pode ser compreendido pela forma de ocupação territorial, centrada no mercado imobiliário, sendo que o detentor da terra e o provedor da infraestrutura de comunicação era o mesmo agente.

“A organização imobiliária não trabalhava por si mesma, pois contava com a colaboração de uma sociedade de transporte, que, articulada com a rede ferroviária paulista e o porto de Santos, se interessava sobretudo pelos produtos clássicos da exportação paulista. Era preciso então facilitar as relações dos sitiantes com o mundo exterior e para isto, organizou-se uma boa rede de estradas. [...] A circulação no Norte do Paraná é extraordinariamente rápida, praticável em todas as estações e assegura o escoamento rápido das colheitas” (MONBEIG, 1957, p. 120-122; in BARNABÉ, 1989, p. 9-10).

O cuidado não se reduzia a prolongar a ferrovia e criar rodovias, mas elaborar todo um plano de ocupação que, em consideração das relações e condições de produção dos colonos,

---

prestação do lote correspondente a 10% de seu preço. As demais prestações anuais correspondiam a 20% do valor total, a uma taxa anual de juros de 8% (MONBEIG, 1984, p. 227).

<sup>22</sup> Ainda assim, MONBEIG (1984) afirma que nesse parcelamento de suas glebas a Companhia também criou alguns terrenos maiores, de forma a atrair todo o tipo de clientela.

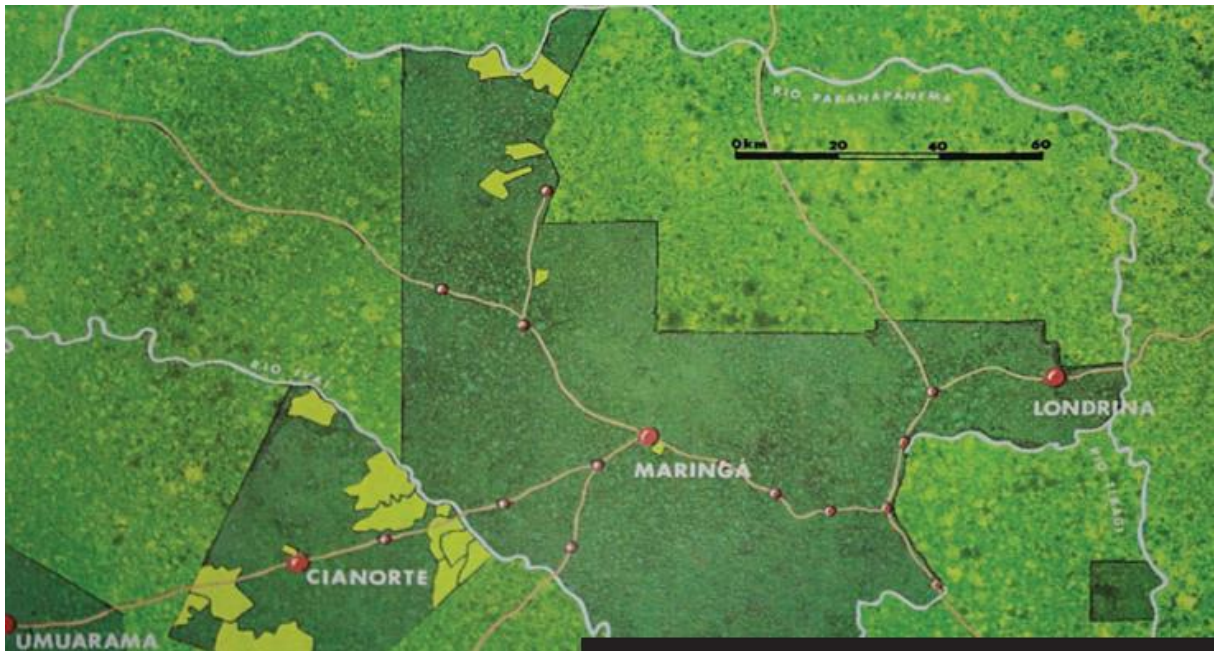
favorecesse as interações, as trocas, a ajuda mútua, o acesso a mercados. Dessa diretriz são projetadas cidades de diferentes portes, cuja localização era fruto de um rigoroso estudo, de maneira a contemplar as necessidades dos colonos, que se traduziam em dois aspectos. Primeiramente, era essencial garantir a produção e comercialização do café, mercadoria em torno da qual o colono obteria a maior parte do dinheiro a ser destinado a pagar o título da terra. Uma vez que no Norte do Paraná os produtores seriam pequenos agricultores, a forma do escoamento do café teria que ser diferente da seguida pelos cafeicultores paulistas, que por produzirem safras expressivas muitas vezes comercializavam diretamente nos grandes centros - São Paulo e Santos. Ao contrário, o pequeno produtor do norte paranaense, que geraria menores safras, as levaria aos pequenos centros locais – os patrimônios - onde as venderia aos maquinistas e estes sim as comercializariam às grandes cidades. Além disso, nos patrimônios também seria possível adquirir insumos a serem utilizados no cultivo do café.

O outro condicionante importante da elaboração do plano de ocupação era o de garantir que essa população pudesse, além de produzir café, gerar sua reprodução física mediante o cultivo de gêneros alimentícios básicos, tendo em vista que assim não dispenderiam tanto dinheiro comprando tais mercadorias. Essa coexistência entre o trabalho destinado a produzir mercadorias demandadas pelo mercado internacional (refletindo a divisão internacional do trabalho) e o trabalho gerador de meios de subsistência já ocorria no oeste paulista permitindo que o fazendeiro não dispendesse capital com salários. Ora, num contexto de escassez de dinheiro, nada mais adequado que manter essa relação de produção<sup>23</sup>, mas para tal era importante que houvesse centros nos quais a população rural pudesse trocar seus cultivos excedentes por gêneros que não produzia, bem como centros maiores onde pudesse ter acesso a bens e serviços mais elaborados. Assim,

“a Companhia colonizadora determinou o tamanho e a função de cada núcleo urbano por ela proposto, ou seja, quatro núcleos maiores denominados polos, estruturariam toda a rede e estariam equidistantes – 100 quilômetros entre si. Na sequência, cidades de porte médio denominadas distritos começariam a preencher o espaço entre as cidades polos e, por fim, cidades de porte pequeno, os patrimônios, finalizariam a constituição da rede urbana norte paranaense. Cada cidade, além de tamanhos preestabelecidos também possuiria funções previamente determinadas (...)” (CASSARGO, 2005, p. 31).

---

<sup>23</sup> Segundo MONBEIG (2007), no caso do Norte do Paraná o roçado do feijão, do arroz e do milho garantiriam a subsistência do colono quando se instalava no lote. “Do segundo ano em diante o colono pode tirar algum lucro do seu algodoal ao qual virá juntar-se o café no fim de mais dois anos. Estes dois produtos garantem, com a venda de porcos, o dinheiro necessário para o pagamento final do lote, para a compra de roupas e das ferramentas indispensáveis” (MONBEIG, 2007, p. 6).

**Mapa 6** | Cidades criadas pela CTNP

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975, p. 123

Nesse sentido, as cidades criadas pela CTNP não foram concebidas isoladamente, mas de maneira articulada, estando assim a serviço das necessidades dos colonos<sup>24</sup>. Além das grandes cidades (Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama), nas quais seriam realizados serviços e atividades mais complexas, a Companhia criou entre elas cidades menores e patrimônios. Estes foram projetados de tal forma a não estarem a mais de 10 quilômetros de distância de qualquer um que adquirisse um lote da Companhia. Nessas cidades e patrimônios, os cultivos poderiam ser trocados entre os pequenos e médios produtores, propiciando o surgimento de um incipiente mercado local, que incrementaria a renda dos produtores através da venda de excedentes e proporcionaria o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Ademais, esses pequenos centros se constituiriam num importante elemento de sociabilidade, através dos quais surgiriam laços de ajuda mútua e trabalho de mutirão, essenciais para a realização de determinados serviços (como a colheita ou a construção de edificações) e para o empréstimo de instrumentos de produção, uma vez que grande parte dos produtores não tinha capital para contratar força de trabalho ou comprar meios de produção.

Se a construção de cidades de pequeno porte, articuladas entre si e funcionando como pequenos centros comerciais e de abastecimento, correspondeu a uma atenção da CTNP no traçado do plano de ocupação, esta não foi a única. Os lotes, de pequenas e médias dimensões,

<sup>24</sup> Normalmente as cidades eram construídas a partir do momento em que os trilhos atingiam o que viria a ser o seu sítio urbano, localizando-se nos pontos onde havia uma estação ferroviária.

foram todos eles desenhados em consideração ao relevo e à rede hidrográfica – que, por sua vez, condicionaram o desenho das ferrovias. Os terrenos colocados à venda eram cumpridos e tinham seus fundos na baixada, voltados a algum rio de onde seria possível obter água para irrigação. Nessa parte da propriedade, o colono normalmente instalava sua casa e cultivava diversos gêneros agrícolas fundamentalmente para consumo próprio. Já a frente do terreno estava voltada para algum espigão, o qual seria cortado por uma via de comunicação, de modo que todos estivessem em condições de se comunicar com as cidades e assim facilmente escoar sua produção. Ademais, essa configuração permitia que todos os que viessem a adquirir um lote dispusessem de uma porcentagem deste em terreno elevado, área de menor incidência de geadas e que justamente por conta disso era a porção destinada ao cultivo dos pés de café. Finalmente, o formato estreito dos lotes, que eram justapostos uns aos outros, dificultava o isolamento entre os colonos, se constituindo assim em mais um elemento a propiciar a formação de laços de ajuda mútua.

“A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d’água, formariam comunidades que evitariam o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras do café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. Esse pequeno proprietário não agiria de acordo com o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializavam nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 77 e 78).

**Figura 1** | Representação gráfica em perspectiva do modelo de parcelamento da terra executado pela CTNP



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975, p. 122

Se os lotes rurais foram precisamente desenhados visando garantir a maior produtividade na produção do café, o traçado da malha urbana igualmente não decorreu de ações espontâneas. A Companhia estabeleceu diretrizes urbanísticas a serem seguidas no desenho das cidades, tais como o formato quadriculado da malha urbana, a definição da largura mínima do arruamento e o estabelecimento de um recuo para as edificações. Além disso, houve uma preocupação em definir a territorialidade de certos usos urbanos, o que culminou num zoneamento das grandes cidades (CASSARGO, 2005).

**Figura 2** | Representação gráfica vertical do modelo de parcelamento da terra executado pela CTNP



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975, p. 121

Todo esse cuidado em relação à definição do espaço urbano apresenta uma lógica ligeiramente diferente daquela que norteou a elaboração do plano de ocupação das áreas rurais: embora se concebesse que tal planificação da malha urbana incrementaria a produtividade das atividades econômicas, a questão central era que na época esse pensamento planificador era cada vez mais associado a um mecanismo de qualidade de vida nas cidades<sup>25</sup>. Assim, o estabelecimento dessas diretrizes tanto acabaria por aumentar o preço da terra como atuaria como um importante instrumento de propaganda para atrair compradores de lotes<sup>26</sup>. De maneira que ao discurso de enriquecimento pessoal pela produção de café se somaria esse discurso (fetichista) da qualidade de vida para atrair compradores de terras.

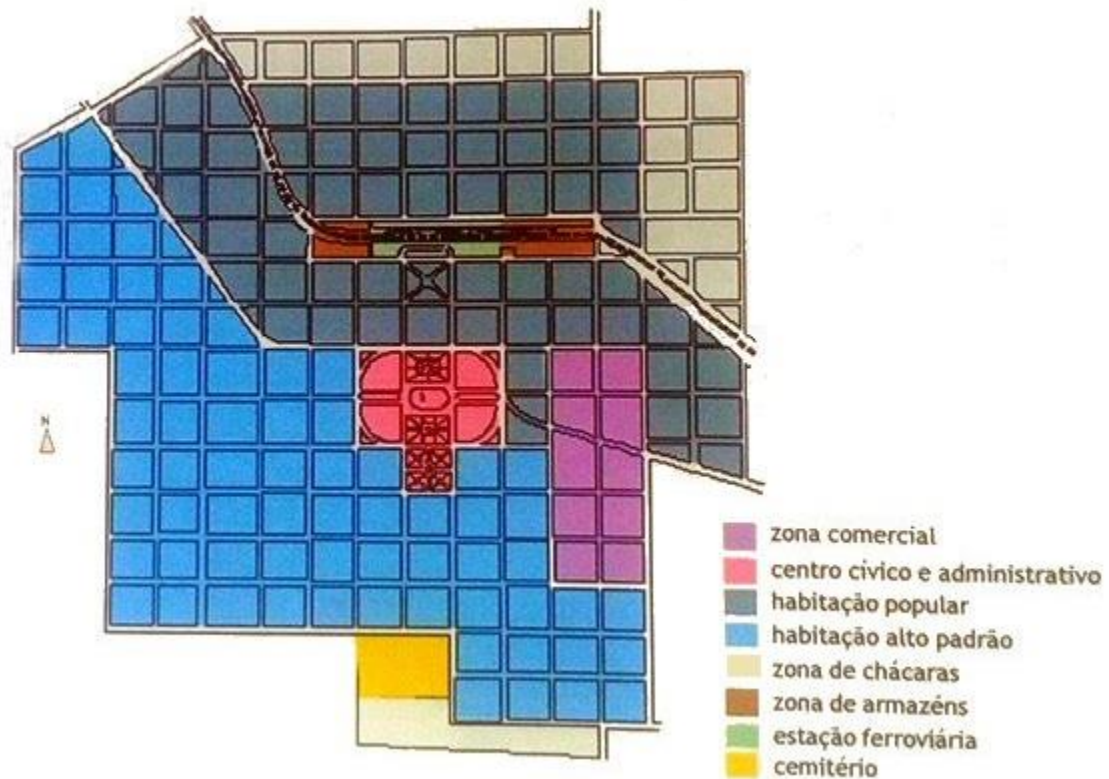
Aquisição de glebas em solos de elevada fertilidade e com clima favorável à cultura comercial do café, parcelamento das terras em pequenas e médias propriedades, garantia de abastecimento hídrico aos proprietários, existência de parte alta nos lotes colocados à venda, elaboração e execução de um rigoroso sistema de transportes consorciado ao loteamento, criação de cidades de diferentes dimensões e articuladas entre si, eis aí algumas das estratégias territoriais atentadas pela CTNP para garantir o sucesso do empreendimento – que significava o pagamento do título da propriedade pelos colonos. Além disso, tais intervenções acabariam promovendo uma valorização das terras, estando essa consequência estreitamente atrelada aos interesses imobiliários da Companhia. Estratégias publicitárias também entravam nesse equacionamento, na medida em que permitiam que os colonos tomassem conhecimento do projeto imobiliário no Norte do Paraná, associando a este um ideário de prosperidade e de liberdade. No entanto, é importante destacar que o fundamento de todas essas estratégias territoriais era que os colonos conseguissem produzir e vender uma mercadoria que gerasse o maior retorno monetário possível, que no caso era o café.

---

<sup>25</sup> É importante frisar que, segundo a nossa concepção, esse pensamento urbanístico que norteou o desenho das cidades da CTNP é fetichista, na medida em que promove uma ilusão a respeito dos fatores determinantes do que seria a qualidade de vida, impedindo a percepção de que a cidade planificada no centro é essencialmente diferente da cidade planificada na periferia. Nessa perspectiva, o discurso apelativo à qualidade de vida é ilusório.

<sup>26</sup> A propaganda em torno do empreendimento realizado pela CTNP foi um elemento central para que despertasse um interesse entre os colonos que trabalhavam nas fazendas de café em São Paulo em adquirir terras no Norte do Paraná. Através de folhetos propagandísticos se disseminava uma visão idealizada sobre as terras da CTNP. Em um destes, levantado por BARNABÉ (1989), evidencia-se a acentuada migração para a região cortada pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, “destinada a ser a via mais importante do Brasil. Ela atravessará a zona mais fértil, mais pujante e mais apropriada para toda espécie de cultura, servida ainda por um clima cuja amenidade é simplesmente ideal”. Do mesmo modo, certas informações a respeito do que ocorria nas terras da Companhia não foram noticiadas, como o surto de febre amarela que atingiu Londrina em 1936 e matou 32 pessoas. Na ocasião, a CTNP impediu que o delegado de Higiene declarasse epidemia, o que causaria uma diminuição da venda dos lotes (SCHWARTZ, 2014).

**Figura 3|** Malha urbana desenhada pela CTNP para Londrina



Fonte: CASSARGO, 2005.

Portanto, todas as estratégias territoriais adotadas pela CTNP não surtiriam efeito algum se porventura a produção comercial do café enfrentasse alguma dificuldade em função de variações do mercado. E de fato, no momento em que a Companhia inicia suas atividades no Norte do Paraná – passagem da década de 1920 para a de 1930 – a cafeicultura entrava num momento de dificuldades. Com a Crise de 1929, houve uma redução da demanda por café no mercado internacional, o que ocasionou uma depreciação da mercadoria, acentuada pelo fato de que a área destinada ao cultivo cafeeiro continuava crescendo. Nesse contexto, o governo federal, que vinha adotando a política de compra, estocagem e queima dos excedentes com o intuito de manter um preço mínimo do produto, sanciona no dia 11 de fevereiro de 1931 o decreto 19.688, o qual proibia o plantio de novos pés de café nos cinco anos seguintes e impunha o confisco de 20% da safra e a compra e queima dos estoques.

Assim, a reprodução de capitais ingleses através do mercado imobiliário no norte paranaense ficava completamente interdita. Todos os estudos prévios realizados, bem como a elaboração do plano de ocupação perderiam por completo sua eficácia na medida em que seu fundamento não poderia ser satisfeito. Alarmados, os representantes da Companhia logo se

articulam às lideranças políticas estaduais e juristas proeminentes com o intuito de alterar o decreto federal.

“Para evitar a subordinação do Paraná, reúnem-se Lovat, Arthur Thomas, João Sampaio e o interventor federal no Estado, general Mário Tourinho. A seguir, Tourinho e o advogado João de Oliveira Franco, representante da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, cooptam os interventores no Rio de Janeiro e Espírito Santo para a causa. E recorrem ao jurista Alfredo Bernardes da Silva, cujo parecer convence o ministro da fazenda, José Maria Whitaker, a determinar a inserção, no Convênio Cafeeiro firmado em 24 de abril de 1931, da cláusula excluindo da proibição os estados que ainda não têm 50 milhões de cafeeiros, enquadrando-se o Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo” (SCHWARTZ, 2014 p. 56).

Nessa conjuntura, essa alteração do decreto 19.688, de 1931, representou uma dupla vitória à CTNP: primeiro porque assim seria possível retomar o fundamento da ocupação das terras, tendo em vista que os colonos poderiam produzir a mercadoria que ao se realizar geraria o dinheiro a remunerar a Companhia via pagamento do título de propriedade. Segundo, porque enquanto o Paraná, que na época tinha menos de 50 milhões de cafeeiros, estava isento da restrição de plantio de novos pés, São Paulo limitava sua produção através do decreto. Conseqüentemente, houve um movimento migratório considerável de lavradores paulistas para o Norte do Paraná, atraídos pelas ações das companhias colonizadoras (BRAGUETO, 2007, p. 174).

Ainda assim, o projeto imobiliário da Companhia sentiu os efeitos da Crise de 1929. Com a depreciação do café no mercado internacional, não foi tão acentuado o ímpeto tanto dos colonos em assumir o compromisso em torno da compra do título de propriedade, como dos ingleses em investir nas infraestruturas básicas de transporte projetadas no plano de ocupação. Assim, no período entre 1930 e 1940, a Companhia conseguiu vender apenas 4.561 lotes rurais, o correspondente a menos de 10% das terras rurais que venderia. Ao mesmo tempo, a ferrovia só atingiria Londrina, a sede do empreendimento, em 1936, depois de quatro anos detida em Jataí, localizada a 25 quilômetros de distância. Por mais que houvesse capitais por parte da Companhia a serem investidos no empreendimento tais aplicações não poderiam acontecer se não fosse garantido um retorno mínimo, a ser extraído do trabalho do colono na produção de mercadorias de cunho agrícola que se realizassem no mercado internacional.

A partir do momento em que a economia cafeeira começa a se recuperar, com a mercadoria se valorizando no mercado internacional, aumenta o ímpeto da produção e venda das terras da CTNP. Em 1938 é registrado o primeiro lucro da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná - 3.700 contos de réis -, o que evidencia um aumento da produção de gêneros agrícolas para abastecer os principais mercados consumidores, além de apontar para uma elevação da

venda de lotes no Norte do Paraná. Isso pode ser observado nos dados relativos ao número de lotes comercializados no período subsequente: entre 1940 e 1944 foram vendidos 8.377 lotes rurais, quase o dobro em relação à década de 1930.

Pois é justamente quando os negócios da Companhia conhecem sua melhor fase que a Inglaterra adotou uma política que alteraria o controle das ações realizadas no Norte do Paraná. Com a participação dos ingleses na Segunda Guerra Mundial, seus capitais excedentes foram rapidamente consumidos de maneira que o governo britânico passou a realizar o retorno compulsivo dos capitais aplicados no exterior. A imprensa inglesa divulgava semanalmente uma lista das empresas colocadas à venda mundo afora (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 97), o que culminou na venda da Companhia de Terras Norte do Paraná em 1944.

A Companhia, que passaria a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), teve suas ações compradas por quatro grupos brasileiros – Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Os dois últimos venderam as suas partes aos grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais depois as repassaram aos grupos Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho<sup>27</sup>, que viam certa lucratividade no processo de produção do Norte do Paraná e assim mantiveram as diretrizes de ocupação estabelecidas pelos ingleses.

Embora nossa pesquisa tenha se restringido até meados da década de 1940, cujo marco é a venda da Companhia pelos ingleses, é importante apontar que, sob a administração do grupo brasileiro, as terras da Companhia seguiram por mais quinze anos num ritmo de ocupação acelerado, impulsionadas pelo aumento do preço do café no mercado mundial com a elevação da demanda pela mercadoria após o término da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, as infraestruturas de transporte e diretrizes de ocupação se constituíram num elemento determinante na ocupação das terras norte-paranaenses: num momento em que o preço do café aumentava, o tempo de produção da mercadoria no Paraná estava abaixo do tempo médio de produção em função dessas intervenções. Consequentemente, aqueles que compraram terras da Companhia conseguiam pagar depois de alguns anos as prestações através das receitas oriundas da produção e comercialização do café. E dessa forma a Companhia, agora controlada por um

---

<sup>27</sup> Gastão de Mesquita Filho era engenheiro e exercera uma função importante na articulação do capital internacional, na figura de Lovat, e os fazendeiros paulistas que se instalavam no Norte do Paraná. Depois de constituída a CTNP, manteve-se em contato com os investidores ingleses, sendo o único acionista brasileiro da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Já Gastão Vidigal era o fundador do Banco Mercantil de São Paulo e foi o responsável por cobrir grande parte do montante exigido pelos ingleses.

grupo brasileiro, seguiu investindo na expansão da ocupação de suas áreas. A tabela a seguir demonstra a evolução da venda dos lotes rurais entre 1930 e 1969.

**Tabela 2** | Evolução do número de compradores de lotes rurais colocados à venda pela CTNP/CMNP

Ano	Número de compradores	%
<b>1930/34</b>	<b>1.568</b>	<b>4.5</b>
<b>1935/39</b>	<b>2.993</b>	<b>8.5</b>
<b>1940/44</b>	<b>8.377</b>	<b>23.8</b>
1945/49	7.669	21.8
1950/54	6.538	18.6
1955/59	4.156	11.8
1960/64	2.573	7.3
1965/69	889	2.5
<b>Total</b>	<b>35.165</b>	<b>100.0</b>

Fonte: CARVALHO, 2002, p. 62.

Nos vinte anos entre 1940 e 1960 foram vendidos 76% dos lotes rurais da Companhia. Ao término desse período 93% das terras da CMNP já haviam sido comercializadas, o que explica a acentuada queda do número de vendas observadas na década de 1960 (BRAGUETO, 2007)<sup>28</sup>. Além dos mais de 35 mil lotes rurais, de área entre 12 e 70 hectares, foram comercializadas cerca de 70 mil datas urbanas, medindo em média 500 metros quadrados. O processo de ocupação da região compreendeu a fundação de 63 cidades e patrimônios, de dimensões e funções variadas (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975) e se expressou na acentuada atração de migrantes. Considerando o preço da terra, sua aquisição pelos ingleses custou 20 mil Réis por alqueire paulista no ano de 1925. De acordo com

---

<sup>28</sup> À medida que as reservas de terras da Companhia se reduziam, seus dirigentes iniciaram uma política de diversificação das atividades econômicas. Já em 1953 iniciava-se a produção direta de café nas fazendas Marurê e Fartura e em 1955 investia-se na produção de gado na fazenda Paranapanema. Além de produzir café e criar gado, a empresa passou a cultivar e comercializar soja, arroz, milho e trigo. O Projeto Sementes foi outra iniciativa de diversificação de suas atividades, o qual visava criar unidades de beneficiamento, classificação e armazenamento de sementes na cidade de Cianorte. Posteriormente, o grupo ainda realizou os seguintes empreendimentos agroindustriais: Empresa Elétrica de Londrina; Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, produtora de açúcar; Companhia de Cimento Portland Maringá; Cobrasma, produtora de vagões e outros equipamentos ferroviários; Forjas Nacionais, produtora de tubos galvanizados; Braseixos, produtora de autopeças; e A Marítima, companhia de seguros (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 186).

levantamento realizado por PADIS (1981, p. 126), já em 1940 a Companhia os vendia a 500 mil Réis e em 1950, por 10 mil cruzeiros. Ao término da década de 1960 a ocupação do Norte do Paraná se consolidava em torno de suas particularidades: ocupação dirigida em torno de pequenas propriedades rurais, atendidas por vias de transporte imersas numa rede de cidades de diferentes portes construídas pelo capital excedente internacional. Mas seu fundamento era o mesmo que promovera a ocupação do oeste paulista: a produção agrícola, notadamente o café, para exportação, refletindo assim sua condição periférica.

## 6. Considerações Finais

O nosso principal objetivo ao longo do trabalho foi o de construir um entendimento de como a produção do Norte do Paraná pela CTNP expressou a divisão internacional do trabalho. Enquanto os governos estadual e federal se encontravam em situação de escassez de capitais no final do século 1920, assim como os fazendeiros paulistas que se instalavam no Norte Velho do Paraná, os industriais ingleses enfrentavam a outra faceta do mesmo problema. A elevada produtividade das relações de produção naquele país implicava um acúmulo de capitais que não encontrava aplicação lucrativa no interior das fronteiras nacionais. Ademais, num momento de formação de associações monopolistas, era necessário que estas garantissem para si o domínio de mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas. Por outro lado, observamos como a condição agrária da economia tradicional paranaense não foi capaz de sequer sustentar a sua reprodução, evidência da deterioração das relações de troca e da conseqüente transferência de valor.

Nesse sentido, a associação entre centro e periferia, que no nosso estudo teve como acontecimento chave a Missão Montagu, e seu desdobramento, a fundação de uma empresa de colonização no Norte do Paraná sob o capital inglês, não é casual. A existência de uma periferia carente de capitais, que por conta disso realiza uma verdadeira campanha de exaltação e venda de suas potencialidades para atrair investimentos externos (de países de elevada composição orgânica do capital), expressa a divisão internacional do trabalho. Trata-se, portanto, de uma relação de simultaneidade entre centro e periferia e, nesse sentido, o acúmulo de capitais de um é a escassez do outro e, nesse sentido, a crise da periferia é a mesma crise do centro, da qual decorreu o empréstimo de capitais.

Tampouco foi casual o fato de que a exportação de capitais excedentes tenha assumido a forma de empresa imobiliária. Ainda que o interesse inicial fosse assegurar o controle monopolista de matéria-prima para a indústria têxtil inglesa, logo se percebeu que através do mercado de terras seria possível retardar o retorno desse capital excedente que se reproduziria. Isso só poderia ocorrer, primeiramente, se as relações sociais fossem mediadas pelo dinheiro e, em segundo lugar, se os colonos que adquirissem terras pudessem pagá-la, ainda que futuramente. Para a primeira condição, a ação do Estado foi essencial, ao assegurar a constituição de um mercado de terras, em substituição à prática de concessão, reprimindo formas de acesso a terra que não passassem pela sua aquisição. Ao fazê-lo deu respaldo ao cuidado da Companhia em adquirir todos os títulos duvidosos relativos as terras que comprara. Para a segunda, era necessário que os colonos pudessem produzir uma mercadoria que se

realizasse no mercado e essa mercadoria era o café, mesmo com a Crise de 1929 (aqui, mais uma vez, o Estado brasileiro abraçou o capital internacional, ao sancionar medidas políticas que incentivaram a produção de café no Paraná).

O conhecimento geográfico foi essencial para assegurar que a produção de café no Norte do Paraná ficasse abaixo do tempo de produção. Uma vez identificadas as relações de produção ali predominantes, adquiridas glebas em solo de terra roxa e fora da área de incidência de geadas, loteadas as terras compradas em pequenas propriedades cortadas por vias de transporte e cursos d'água, construídas cidades de diversos portes e nunca distantes dos colonos, entre outras ações, estavam garantidas vantagens para os produtores que ali se instalassem. Ainda que os colonos não dispusessem de capital (muitos dos que compraram terras só conseguiram pagar a entrada depois de trabalharem na derrubada da mata), o plano de ocupação concebido e executado pela CTNP permitiu que aqueles que produzissem café conseguissem competir no mercado internacional e que, por conta disso, pagassem o título da terra. O fundamental era, no entanto, que o café não depreciasse no mercado internacional. Quando isso ocorreu, a venda dos lotes foi baixa e o ritmo de construção de infraestruturas basilares do empreendimento foi lento. A recuperação do preço do café no mercado mundial que ocorre a partir da década de 1940 reverberou na fase de maior vigor da produção do Norte do Paraná, com grande fluxo migratório, o que evidencia sua determinação agrária.

Como consequência, podemos apontar que na medida em que esse fundamento agrário se efetivou também se disseminou a estrutura agroexportadora da periferia. Se é possível conceber um desenvolvimento das forças produtivas locais, que se manifestou na diversificação das atividades da Companhia a partir da década de 1950, há que se pontuar que este esteve essencialmente atrelado à produção no campo e não propiciou uma acumulação de capitais suficiente para a superação de sua condição agroexportadora. Por outro lado, quando precisaram dos capitais investidos os ingleses logo venderam a Companhia e o aplicaram no seu setor industrial, carente de capitais em função da participação inglesa na Segunda Guerra Mundial.

*Referências bibliográficas*

- ABREU, A. A. *Missão Montagu*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MONTAGU.pdf>. Acesso em: 15/05/2017.
- BARNABÉ, M. F. *A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BERNARDES, L. M. C. *Crescimento da população do estado do Paraná*. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 1. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- BRAGUETO, C. R. *O comportamento territorial do Norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira*. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Victor Civita, 1984.
- CAMBIAGHI, S. M. *O povoamento do Norte do Paraná*. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- CARVALHO, M. S. *Os Mitos da reforma agrária e da geada no Norte do Paraná*. In: FRECA, T. M.; SALVI, F. S.; ARCHELA, R. S. *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: Ed. UEL, 2002.
- CASSARGO, A. P. *Cidades de Fronteira: Londrina, Maringá e o Norte do Paraná*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 1975. 295 p.
- FUJICAVA, R. *Geografia do extermínio e povoamento do Norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960)*. 2013. 162 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. *Zoneamento da Cultura do Café*. Disponível em <http://www.iapar.br/pagina-563.html>. Página consultada em: 13/11/2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos demográficos brasileiros de 1920 a 1960*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Página consultada em: 13/07/2016.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

- LENIN, V. I. *O imperialismo: estágio superior do capitalismo*. 4. Ed. São Paulo: Global Editora, 1987.
- LIMA, R. M. *A modernidade no Norte do Paraná: a implantação e Londrina, 1929-1951*. 2001. 225 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MAACK, R. *Geografia física do estado do Paraná*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A.; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- MANDEL, E. *Capitalismo tardio (Os Economistas)*. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONBEIG, P. *A zona pioneira do Norte-Paraná*. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MULLER, N. L. *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná*. In: FRECA, T. M.; CARVALHO, M. S. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. v. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981.
- SCHWARTZ W.; CBN. *Londrina 80 Anos*. 2014. Disponível em: [https://cbnlondrina.com.br/uploads/projeto\\_especial/Livro\\_Londrina80anos\\_final.pdf](https://cbnlondrina.com.br/uploads/projeto_especial/Livro_Londrina80anos_final.pdf).
- SALVI, R. F.; ARCHELA, E.; ARCHELA, R. S. *Breve formação do território paranaense*. In: FRECA, T. M.; SALVI, F. S.; ARCHELA, R. S. *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: Ed. UEL, 2002.
- STIER, K. K. *Jataizinho no Norte do Paraná: o processo de ocupação do espaço*. In: FRECA, T. M.; SALVI, F. S.; ARCHELA, R. S. *Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: Ed. UEL, 2002.